



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025**

**PREÂMBULO**

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro/de sua Pregoeira, designado ou designada pela [Portaria nº 829, de 24 de outubro de 2022](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de (SEI) n.º 0002024-39.2025.6.05.8000, será regida pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 8.538/2015, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, pela Resolução/TSE nº 23.702/2022, pela Instrução Normativa nº 4/2023 da Diretoria Geral do TRE-BA, pelas condições constantes neste Edital e demais legislação aplicável, e, ainda, subsidiariamente, pela Instrução Normativa/MPOG/SLTI nº 05/2017, no que couber.

**SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

**Dia:** 22.08.2025

**Hora:** 9h (horário de Brasília/DF)

**Pregoeiro:** Gilson Soares da Conceição

**E-mail:** gsconceicao@tre-ba.jus.br. **Telefone:** (71) 3373-2143

**Processo SEI n.º:** 0002024-39.2025.6.05.8000

**Endereço Eletrônico:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal)

**Código UASG:** 70013

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** menor preço global.

**MODO DE DISPUTA:** aberto e fechado.

**EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO PARA ME/EPP:** não há.

**OBSERVAÇÃO:** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro/pela Pregoeira.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**NOTAS IMPORTANTES**

**As Licitantes deverão prestar especial atenção às seguintes disposições do Edital:**

- 1. Cláusula Sétima, da minuta do contrato (Anexo IV, deste Edital).** Trata das provisões de encargos trabalhistas, nos termos da Instrução Normativa nº 4/2023 da Diretoria Geral do TRE-BA (**Anexo V, deste Edital**). Ela disciplina os procedimentos para retenção dos valores de encargos trabalhistas, previdenciários e outros diretamente dos pagamentos devidos à Contratada, e seu depósito em conta vinculada bloqueada para movimentação.
- 2. Seção XVII, do Edital, e Cláusula Décima Primeira, da minuta do Contrato.** Tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções às licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.

**Despesa e recursos orçamentários**

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 3.425.299,80** (três milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. Natureza da Despesa: 3.33.90.37.01 - Locação de Mão de Obra - Serviço de Apoio Administrativo Técnico e Operacional e 3.33.90.37.05 - Serviços de Copa e Cozinha.

**Anexos**

**I – Termo de Referência**

**II – Orçamento Estimativo/Valor Máximo Admitido para Contratação**

**III – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços**

**IV – Minuta do Contrato**

**V – Instrução Normativa nº 4/2023 da Diretoria Geral do TRE-BA**

**VI – Acordo Judicial**

**VII – Modelo de Declaração de Enquadramento Sindical**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

**1.2.** Havendo divergência entre as descrições do CATSER e as constantes neste edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

**SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

**2.2.** Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

**2.3.** Para participar do pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, na forma prevista na **condição 4.3 deste Instrumento Convocatório**.

**2.4.** Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples, na seguinte situação:
  - a.1) suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
  - a.2) declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
  - a.3) impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
  - a.4) proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
  - a.5) proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- b) direta ou indiretamente, agente público do órgão licitante ou, na fase de execução do contrato, agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

- b.1)** as vedações de que tratam a alínea “b” acima estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- c)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d)** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f)** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h)** os demais interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- i)** consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- j)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscips;
- k)** cooperativas de mão de obra, nos termos do Acordo Judicial entre MPT e AGU constante do Anexo VI deste Edital;

**2.4.1.** O impedimento de licitar em decorrência de sanção que foi imposta à pessoa jurídica será também aplicado à licitante que atue em substituição à empresa apenada, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.5.** Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a)** estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b)** estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**3.2.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**3.3.** A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

**SEÇÃO IV – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS**

**4.1.** A **licitante** deverá cadastrar sua proposta eletrônica exclusivamente por meio do preenchimento do(s) campo(s) próprio(s) do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.1.1.** A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

**4.1.2.** As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.2.** A **licitante** deverá consignar, na forma expressa do sistema eletrônico, o **VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 24 (VINTE E QUATRO) MESES DA CONTRATAÇÃO**, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

**4.3.** A **licitante** **declarará, no momento do cadastramento inicial da proposta, assinalando campo próprio do sistema**, o cumprimento dos requisitos de habilitação previstos na **condição 12.1.1 deste Edital**.

**4.3.1.** Para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da referida Lei Complementar, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, **conforme alínea “f” da condição 12.1.1 deste Edital.**

**4.3.1.1.** Para a declaração prevista acima, a assinalação do campo “não” do sistema apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, não impedindo o seu prosseguimento no certame, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**4.3.1.2.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme § 4º do art. 3º da referida lei, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**4.3.2.** A falsidade da declaração relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, bem como ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Edital.

**4.4.** Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

**4.4.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema,** a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, observando as seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo e o intervalo de que trata alínea acima;
- c) o valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

**4.4.1.1.** O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.5.** As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias,** contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**4.6.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

**4.7.** A celebração do contrato depois de vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**SUBSEÇÃO I – DA VISTORIA PRÉVIA**

**4.8.** A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a contratação. Contudo, ficam os interessados cientes de que, após a apresentação das propostas, não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

**4.9.** Caso o fornecedor opte pela realização da vistoria, deverá manter contato com a Seção de Apoio Administrativo da Capital (SEAC), por meio dos telefones 71 3373-7039/7090 ou e-mail [seac@tre-ba.jus.br](mailto:seac@tre-ba.jus.br), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da licitação, visando ao respectivo agendamento.

**SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**5.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta **automaticamente** pelo sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal).

**5.2.** A comunicação entre o **Pregoeiro/a Pregoeira** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

**5.3.** A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**6.1.** Somente na fase de envio de lances haverá ordem de classificação das propostas.

**6.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata a **Seção XI** deste Edital, em relação à proposta mais bem classificada. Somente como **medida excepcional** poderá a proposta ser excluída na fase de disputa, conforme previsão constante das **condições 7.4 e 7.4.1** deste Edital.

**6.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**7.2.** Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- a) as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- b) a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, **observada a diferença mínima de R\$ 0,02 (dois centavos) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- c) Observada a **alínea “b” acima**, a licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível, nos termos da **condição 11.6 deste Edital**.

**7.3.** Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

**7.4.** Nesta fase de disputa, o **Pregoeiro/a Pregoeira** poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**7.4.1.** A eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata a condição 7.5 acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

**7.5.** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**7.6.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (Portal de Compras do Governo Federal).

**SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO**

**7.7.** Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

**7.8.** A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

**7.9.** Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a) O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo, podendo optar em manter seu último lance da etapa aberta.

- b) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, podendo optar por manter seu último lance da etapa aberta.

**7.10.** Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b acima**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.

**7.11.** Não havendo licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro/a Pregoeira reiniciará a etapa fechada para as licitantes que ainda não foram convocadas, seguindo o disposto na **alínea “b” da condição 7.9 deste Edital**.

**7.11.1.** Na hipótese da **condição 7.11 acima**, o pregoeiro/a pregoeira deverá avisar as licitantes, via *chat* e no campo aviso do sistema, **com antecedência mínima de 24 horas**, o reinício da etapa fechada.

**SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**8.1.** Finalizada a etapa competitiva, ocorrendo a hipótese do empate ficto prevista nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e na **condição 8.5 deste Edital**, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, caso faça jus à obtenção desse benefício nos termos do § 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021, e tenha assinalado o campo “sim” da declaração prevista na **alínea “f” da condição 12.1.1 deste Edital**.

**8.2.** Havendo empate e não sendo a hipótese de preferência para ME/EPP, será utilizado o critério de desempate previsto no inciso I do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**disputa final**), no qual as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado, em até 5 (cinco) minutos.

**8.3.** Após a disputa final descrita acima, persistindo o empate, serão observados, **na ordem em que se encontram enumerados**, os critérios previstos nos demais incisos e no § 1º do art. 60, da Lei 14.133/2021, adotando-se, até que haja regulamentação específica e/ou Ato da Secretaria de Gestão do MGI, os procedimentos parametrizados de desempate, realizados de forma automática no sistema Compras.gov.br, que atualmente são os abaixo apontados, na seguinte ordem :

- a) desenvolvimento de programa de integridade, desde que a licitante tenha assinalado o campo “sim” da declaração respectiva, no momento de cadastro inicial de sua proposta, e que atenda aos requisitos do Decreto nº 12.304/2024, alertando-se para veracidade da informação, que **deverá ser comprovada, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital**;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- b) preferência prevista no inciso I do § 1º do art. 60 da Lei 14.133/2021, ou seja, para empresas estabelecidas no território do estado da Bahia.
- c) sorteio pelo sistema eletrônico da proposta vencedora, a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, conforme § 2º do art. 28 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

**8.4.** Os critérios de desempate previstos nas **condições 8.1 a 8.3 acima** também serão aplicados caso as propostas iniciais estejam empatadas e não haja envio de lances na fase competitiva.

**SUBSEÇÃO I – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**8.5.** Quando houver participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte nesta licitação, considerar-se-á empatada a proposta dessas empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 8.5**. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta na forma da **alínea “b”** abaixo;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 8.5, “a”**, para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 8.5, “b”**, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista conforme o disposto na **condição 12.13**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 8.5, “a”**, para o exercício do mesmo direito.

**8.6.** Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 8.5 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO**

**9.1.** Na fase de julgamento, após definida a classificação das propostas, o **Pregoeiro/ a Pregoeira** poderá **negociar** condições mais vantajosas e encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.2** Caso a proposta de preço mais bem classificada esteja acima do valor estimado para a contratação, o **Pregoeiro/a Pregoeira** deverá negociar com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço, observadas a **condição 11.9 deste Edital**.

**9.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

**SEÇÃO X – DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL**

**10.1.** A **licitante** mais bem classificada, na fase de julgamento prevista na **Seção XI deste Edital**, terá o **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira**, para encaminhamento, **exclusivamente por meio eletrônico**, pela opção “enviar anexo”, de arquivo contendo:

- a) a proposta final, adequada ao último lance **ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital**;
- b) a(s) **planilha(s) de custos e formação de preços do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação**, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital, adequada(s) ao último lance **ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital**;
- c) os documentos previstos na **Condição 10.6** deste Edital

**10.1.1.** Caso seja necessário o envio de documentos complementares, a **licitante** deverá fazê-lo no prazo referido na **condição 10.1**.

**10.1.2.** O não envio da proposta e de documentos complementares, na forma das condições **10.1** e **10.1.1** acima, somente ensejará a desclassificação da **licitante** caso impossibilite a verificação da conformidade da proposta com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários.

**10.2.** A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação.

**10.2.1.** A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as **licitantes**, informa-se que foi utilizada o instrumento normativo de trabalho indicado no Anexo II deste Edital (Orçamento Estimativo) no cálculo do valor estimado pela Administração, o qual não é de uso obrigatório para formação da proposta de preços.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**10.2.1.1.** Será exigido o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados pela licitante, indicados na forma da condição 10.6, “c”, durante toda a execução contratual.

**10.3.** Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela **licitante** durante a execução do contrato.

**10.4.** A alíquota do Seguro de Acidente de Trabalho/Riscos Ambientais do Trabalho (SAT/RAT) deverá observar a incidência do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

**10.4.1.** A alteração do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) durante a execução do contrato não será considerada para efeito de repactuação de preços, seja para redução, seja para majoração da rubrica (SAT/RAT).

**10.5.** A(s) planilha(s) de custos e formação de preços se constituirá em anexo obrigatório do contrato a ser celebrado com a **licitante** vencedora.

**10.6.** Concomitantemente com a(s) planilha(s) de custos e formação de preços, a **licitante** deverá encaminhar os seguintes documentos:

- a) declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS (cumulativo ou não cumulativo); ou Simples Nacional (**somente cabível quando se tratar de serviços de limpeza e higienização, vigilância ou serviços de engenharia**);
- b) GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP);
- c) **declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) de trabalho que rege(m) a(s) categoria(s) profissional(ais) que executará(ão) os serviços, utilizado(s) para elaboração da(s) planilha(s) de custos e formação de preços, seguindo o modelo constante do Anexo VII deste Edital.**
  - c.1) Alerta-se que o erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento, que resulte em vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitará a Contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021, de acordo com o Acórdão TCU nº 1207/2024 – Plenário.

**10.6.1.** As licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, deverão cotar, na planilha de custos e formação de preços, as alíquotas médias efetivamente recolhidas, referentes aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de apresentação da proposta.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**10.6.1.1.** A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual, para que se promovam os ajustes necessários.

**10.7.** Recebidos os documentos, a sessão será suspensa para que o Pregoeiro/a Pregoeira possa fazer a análise da(s) planilha(s), proposta e documentos.

**10.8.** Na hipótese de não ser apresentada a declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS -cumulativo ou não cumulativo-; ou Simples Nacional, se for o caso, referida na alínea “a”, **da condição 10.6**, serão aceitos os percentuais indicados na(s) planilha(s) de composição de custos, devendo a **licitante** arcar com os custos efetivos do regime a que está submetida.

**10.9.** Caso a **licitante** não envie os documentos previstos nas **alíneas “b” e “c”, da condição 10.6 deste Edital** (GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção – FAP, bem como a declaração de enquadramento sindical), o **Pregoeiro/a Pregoeira** deverá realizar diligência visando suprir a omissão, observadas as **condições 12.2.3 e 12.2.3.1** deste Edital.

**10.10.** O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação do preço não exime a **licitante** do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, **assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos.**

**10.11.** Durante a execução do contrato, a **licitante vencedora** estará obrigada a comprovar o atendimento das disposições legais e das convenções coletivas.

**10.12.** A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, conforme o art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.13.** O órgão contratante também não se vinculará a disposições previstas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que estabeleçam obrigações ou direitos aplicáveis apenas aos contratos firmados com a Administração Pública, de acordo com o art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.14.** Igualmente, benefícios concedidos pela licitante por mera liberalidade não vinculam a Administração, não sendo considerados para efeito de repactuação/reajuste de preços.

**10.15.** Examinada(s) a(s) planilha(s), o Pregoeiro/a Pregoeira informará a **licitante** acerca dos eventuais equívocos encontrados nas diversas rubricas analisadas e que deverão ser corrigidos, observando-se as disposições constantes da **Seção XI deste Edital.**

**10.16.** O Pregoeiro/A Pregoeira concederá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s) e a proposta final corrigida, na forma da **condição 10.1.**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**10.16.1.** Havendo a necessidade de se promoverem outros ajustes, o prazo para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s) e a proposta final corrigida será de **2 (duas) horas prorrogáveis, por sucessivos e iguais períodos, se for necessário.**

**10.17.** A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

**10.17.1.** Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que favoreça a contratada, esse será revertido como lucro durante o primeiro ano de vigência, procedendo-se à glosa das respectivas diferenças após esse período.

**10.17.2.** Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que desfavoreça a contratada, esse será mantido durante a vigência da contratação e não será objeto de repactuação. Contudo, o cumprimento dos quantitativos fixados na legislação e na convenção coletiva será exigido pela fiscalização do contrato durante toda a sua execução.

**10.18.** Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991 e alterações e nos artigos 108, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 2.110/2022, a **licitante** Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em virtude do que dispõem os artigos 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

**10.19.** A **licitante** optante pelo Simples Nacional que, porventura, venha a ser contratada deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

**10.20.** Caso a **licitante** optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia efetuará a comunicação à Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**10.21.** As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão cotar em suas propostas os tributos e respectivos percentuais a que estarão sujeitas após a sua exclusão do referido regime.

**10.22.** A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra, de que trata a **condição 10.19**, não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da LC 123/2006, conforme dispõe o art. 18, § 5º - H, do mesmo diploma normativo, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

**SEÇÃO XI – DA FASE DE JULGAMENTO: ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

**11.1.** O **Pregoeiro/A Pregoira** realizará a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e, observadas as **condições 11.3 e 11.3.1**, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (**Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação**).

**11.2.** Quanto à **aceitabilidade dos valores constantes da(s) planilha(s) de custos e formação de preços**, tem-se que:

- a) não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado pela Administração ou com preços manifestamente inexequíveis;
- b) também não serão aceitas propostas com valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um posto de trabalho) superior ao estimado pela administração;
- c) somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços **valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação**, consoante o art. 5º, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, bem como o Acórdão TCU nº 1207/2024 – Plenário;
- d) eventuais erros no preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços não são motivo para a desclassificação da proposta, quando houver a possibilidade de ser ajustada sem a necessidade de acréscimo do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação;
- e) omissão eventual de percentuais ou valores na composição dos custos e formação do preço por si só não implicará a desclassificação da proposta, salvo quanto aos componentes de custos cujos valores são definidos por lei ou instrumento normativo, e desde que o preço global para a prestação da totalidade dos serviços continue exequível;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- f) custos com eventuais materiais, equipamentos ou serviços acessórios orçados na planilha da Administração constituirão em valores máximos aceitáveis.

**11.2.1.** Ocorrendo as situações previstas na **condição acima**, a licitante poderá ajustar a planilha, sem aumento do preço ofertado, observando-se o quanto disposto nas condições **10.15 a 10.17.2, bem como 11.3 a 11.6, deste Edital.**

**11.3.** Constitui indício de inexecuibilidade da proposta valor inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração. .

**11.3.1.** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverá ser efetuada diligência, conforme § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, observadas as **condições 12.2.3 e 12.2.3.1** deste Edital.

**11.3.2.** A inexecuibilidade só será considerada se, após diligência do Pregoeiro/da Pregoeira, restar comprovado que o custo da licitante é superior ao valor de sua proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**11.3.2.1.** A diligência efetuada poderá consistir em:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**11.4.** É ônus da **licitante** ter sempre à disposição documentos capazes de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

**11.5.** A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

**11.6.** Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, e caso a **licitante**, após negociação, não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

**SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO**

**12.1.** Após o julgamento da proposta de que trata a **Seção XI deste Edital**, o Pregoeiro/a Pregoeira passará ao exame dos documentos de habilitação, conforme disposições abaixo.

**12.1.1.** Será verificado, para efeito de habilitação, se a **licitante** declarou, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, conforme **condições 4.3 e 4.3.2 deste Edital** que:

- a) está ciente do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e **atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido**, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;
- b) não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99);
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- f) no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, **fazendo jus aos benefícios previstos nos artigos 42 ao 49**, bem como de que não possui, no ano-calendário da realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, observando-se a **condição 4.3.1.1 deste Edital**.

**12.1.2. Para habilitação jurídica:**

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**12.1.3. Para regularidade fiscal:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/14;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

**12.1.4. Para regularidade trabalhista:**

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**12.1.5. Para aqualificação econômico-financeira:**

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.
- b) Balanço Patrimonial relativo aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, apresentado na forma da lei.
  - b.1) O último exercício social exigível será o do ano **imediatamente** anterior, no caso de transcorridos os seguintes prazos para apresentação do Balanço Patrimonial:
    - b.1.1) **30 de abril**, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil;
    - b.1.2) **Último dia útil do mês de maio**, para as licitantes obrigadas a adotar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme IN-RFB 1774/2017 (Acórdãos TCU-Plenário de nºs 119/2016 e 2293/18).

**12.1.5.1.** Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, relativos aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, deverão comprovar o seguinte:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) **do valor da proposta da licitante para 12 meses – ano não eleitoral**;
- c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) **do valor da proposta da licitante para 12 meses – ano não eleitoral**.

**12.1.5.2.** Serão inabilitadas as **licitantes** que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de liquidez ou solvência (LG, SG, LC).

**12.1.5.3.** É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

**12.1.5.4.** Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado por índices oficiais.

**12.1.6. Para qualificação técnica:**

- a) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

serviços terceirizados, **com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos regulares contratados em decorrência desta licitação, qual seja: 28 (vinte e oito) postos;**

- 1.a.1.** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;
  - 1.a.2.** O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do SICAF;
  - 1.a.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- b)** Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;
  - 1.b.1.** Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;
  - 1.b.2.** Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro/da Pregoeira.

**12.1.6.1.** As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

**12.1.6.2.** Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

**12.2.** As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (à exceção da documentação prevista na condição 12.1.5, alínea “b” e suas subalíneas, relativa ao Balanço Patrimonial)**, ou poderão encaminhar a respectiva documentação atualizada por meio do sistema, consoante disciplinado nas **condições 12.2.1 a 12.3 abaixo**.

**12.2.1.** Os documentos de habilitação da **licitante** detentora da melhor oferta **não constantes do SICAF** deverão ser apresentados em formato digital, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira** no sistema eletrônico. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a)** por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro/pela Pregoeira; ou



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- b) de ofício, a critério do Pregoeiro/da Pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital.

**12.2.2.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**12.2.2.1.** A vedação à inclusão de novo documento, prevista na **condição 12.2.2** acima, não alcança documento que atesta **condição preexistente à abertura da sessão pública do certame**, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro/pela Pregoeira, conforme **Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU**.

**12.2.3.** O Pregoeiro/A Pregoeira poderá, no julgamento das propostas ou na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, de acordo com o art. 43 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

**12.2.3.1.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**12.2.4.** A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação, a qual deverá ser remetida para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

**12.3.** Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

**12.4.** No caso das alíneas da **condição 12.3**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

**12.5.** Caso a **licitante** pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 12.4**.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**12.6.** Para fins de habilitação, o **Pregoeiro/a Pregoeira** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme § 6º do art. 39 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**12.7.** As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

**12.8.** Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

**12.9.** O **Pregoeiro/A Pregoeira** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- b) Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico, mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;
- c) Sistema Inabilitado e Inidôneo, mantido pelo Tribunal de Contas da União, [https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:10006425041264:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:10006425041264:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);
- d) **SICAF**, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.

**12.9.1.** As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

**12.9.2.** As consultas previstas nas alíneas “a” a “c” realizadas em nome da pessoa jurídica poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo TCU, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

**12.9.3.** Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro/a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

**12.9.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**12.9.3.2.** A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), **sendo necessária a análise jurídica prévia**, conforme art. 160 da Lei 14.133/2021.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**12.10.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

**12.11.** Serão declaradas inabilitadas as **licitantes** cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

**SUBSEÇÃO I – DA CONSULTA AO CADIN**

**12.12.** Conhecida a **licitante** vencedora e antes do encerramento da sessão pública do certame, o pregoeiro/a pregoeira realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, haja vista que, consoante disposto no art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro no referido cadastro constitui fator impeditivo para que a Administração Pública Federal celebre contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos.

**12.13.** Constatada a existência de registro, o **pregoeiro/a pregoeira** alertará a **licitante** vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de, em caso de não regularização, o ajuste não ser celebrado, conforme **condições 14.3 e 14.3.1 deste Edital**.

**SUBSEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**12.12.** Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XII, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que haja alguma restrição.

**12.13.** Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

**12.13.1.** A concessão do prazo acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que tenham assinalado o campo “sim” da declaração prevista na **alínea “f” da condição 12.1.1 deste Edital**.

**12.14.** O prazo acima indicado terá como termo inicial a data da divulgação do resultado da fase de habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

**12.14.1.** A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal de que trata a **condição 12.13 acima**, conforme § 4º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**12.15.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 12.13**, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, § 5º, do Decreto nº 8.538/2015.

**SUBSEÇÃO II – DA CONSULTA AO CADIN**

**12.16.** Concluída a fase de habilitação e antes do encerramento da sessão pública, o pregoeiro/a pregoeira realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, haja vista que, consoante disposto no art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro no referido cadastro constitui fator impeditivo para que a Administração Pública Federal celebre contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos.

**12.17.** Constatada a existência de registro, o **pregoeiro/a pregoeira** alertará a **licitante** vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de, em caso de não regularização, o ajuste não ser celebrado, conforme **condições 15.3 e 15.3.1 deste Edital**.

**SECÃO XIII – DOS RECURSOS**

**13.1.** Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer **licitante** poderá apresentar intenção de recurso, de forma imediata e no prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à **licitante** declarada vencedora.

**13.2.** As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**13.2.1.** O prazo para apresentação de contrarrazões será, igualmente, de **3 (três) dias úteis** e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

**13.2.2.** A apreciação do recurso pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira** dar-se-á em fase única.

**13.3.** Será assegurado às **licitantes** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme §5º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

**13.4.** O **Pregoeiro/A Pregoeira** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

**13.5.** Mantida a decisão pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira**, o recurso será apreciado pela autoridade competente.

**13.6.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**14.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para fins do disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, determinando a consequente contratação.

**SEÇÃO XV – DO CONTRATO**

**15.1.** Após a adjudicação e a homologação, será firmado contrato com a **licitante vencedora**, nos termos da minuta constante do **Anexo IV**, com cláusulas regidas pela Lei nº 14.133/2021, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

**15.2.** O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e no Termo de Referência.

**15.3.** Na assinatura do contrato será consultado o **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin** e verificada a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

**15.3.1.** A existência de registro no Cadin constitui **fator impeditivo para a celebração do contrato**, conforme art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024).

**15.4.** A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, o qual poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

**15.4.1.** O contrato deverá ser assinado, preferencialmente, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-BA, com uso de login e senha, mediante prévio credenciamento do representante legal da empresa ou procurador devidamente autorizado, por meio do link <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>, no qual consta o Guia de Usuário Externo, respeitado o prazo previsto na **condição 15.4**.

**15.4.1.1.** Concluído o credenciamento pelo fornecedor diretamente no Portal do SEI do TRE-BA, este receberá mensagem de confirmação automática do sistema, com os procedimentos adicionais para finalização do cadastro e envio da seguinte documentação à Seção de Protocolo e Expedição - SEPEX, por intermédio do e-mail [protocolo@tre-ba.jus.br](mailto:protocolo@tre-ba.jus.br), com cópia para a Seção de Contratos, [secont@tre-ba.jus.br](mailto:secont@tre-ba.jus.br), cabendo ao remetente confirmar o



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

recebimento junto aos destinatários, e indicar, no campo “assunto da mensagem”, que se trata de “cadastro de usuário externo para assinatura de contratos e instrumentos congêneres:

- a) termo de Declaração de Concordância e Veracidade, disponível no Portal SEI do TRE-BA. No item 1.3. do termo (motivo do cadastramento), assinalar a opção "Assinatura de termos, acordos e contratos com o TRE-BA – N.º do processo SEI (se houver) e indicar o número do SEI n.º 0002024-39.2025.6.05.8000 .
- b) documento de identificação oficial com foto;
- c) comprovante de inscrição em Cadastro de Pessoa Física CPF;
- d) comprovante de residência, emitido, no máximo, há 6 (seis) meses da data do cadastro.

**15.4.1.2.** Finalizado o cadastro, o requerente receberá um e-mail com aviso de liberação do seu acesso como usuário externo ao SEI do TRE-BA, e receberá o link para assinatura do contrato no referido sistema no prazo estabelecido na **condição 15.4.**

**15.4.1.3.** A Adjudicatária deverá, tão logo homologado o procedimento no sistema, adotar as providências previstas na **condição 15.4.1.**

**15.4.2.** Alternativamente, será permitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, ou por outro meio idôneo legalmente admitido, podendo o documento ser enviado por correio eletrônico ou mediante aviso de recebimento para o destinatário ou para a destinatária, que o assinará e o devolverá, pelo mesmo modo, ao TRE-BA, observado o prazo estabelecido na **condição 15.4.**

**15.4.3.** Ao assinar o contrato, a Adjudicatária automaticamente expressa seu inequívoco consentimento para que a Administração contratante realize os descontos nas faturas e o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

**15.5.** A Seção de Contratos informará à Adjudicatária, por ocasião da assinatura do instrumento contratual, a relação de entidades conveniadas por este Tribunal, responsáveis pela política de atenção a mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social, nos termos da alínea “u” da Cláusula Sexta da minuta constante do Anexo IV deste Edital.

**15.6.** Caso a **licitante** vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido na condição 15.4, será facultado à Administração, através do **Pregoeiro/da Pregoeira**, convocar os **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação, para aceitar a contratação nas condições propostas pela **licitante** vencedora, observando-se o disposto no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**15.6.1.** Considera-se proposta em iguais condições à do **licitante** vencedor aquela que adote o mesmo valor total a ele adjudicado, independentemente da composição de custos apresentada pelo **licitante** remanescente.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**15.6.2.** O prazo para manifestação de interesse e envio dos documentos será de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da data de convocação, prosseguindo-se no chamamento dos demais classificados, quando houver inobservância a esse lapso temporal.

**15.6.3.** A manifestação de interesse deverá ocorrer mediante a apresentação da proposta (planilha de custos e formação de preços) e da documentação de habilitação exigida no certame.

**15.6.4.** Na hipótese de nenhuma das **licitantes** aceitar a contratação nos termos da condição 15.6 acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, conforme disposto no § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

- a) convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes** remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**15.7.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposto no § 5º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

**15.7.1.** A regra da condição 15.7 acima não se aplicará às **licitantes** remanescentes convocadas na forma da alínea “a” da condição 15.6.4.

**15.8.** O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

**15.9.** Será facultada à Administração, em casos de rescisão contratual, **quando já iniciada a execução do ajuste**, a convocação das demais **licitantes** classificadas, para a contratação do remanescente de obra, do serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, notadamente no que diz respeito à verificação da ordem de classificação, apresentação de documentação (proposta e documentos de habilitação), valores e negociação.

**SUBSEÇÃO I – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**15.10.** Será exigida garantia de execução de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, de acordo com as regras constantes do Termo de Referência.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**SEÇÃO XVI – MODELOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E GESTÃO**  
**CONTRATUAL**

**16.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução do serviço, incluindo os prazos e condições de **conclusão, entrega e recebimento do objeto**, constam no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

**16.2.** A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas.

**SEÇÃO XVII – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA**  
**LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**17.1.** De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista na **condição 17.2 deste Edital**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
  - b.1)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, na situação prevista na **condição 10.1.2 deste Edital**, ou seja, quando a ausência do documento ajustado impossibilitar a verificação da conformidade com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários;
  - b.2)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
  - b.3)** deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- f) dar causa à inexecução total do contrato.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**17.2.** De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**17.2.1.** Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**17.3.** De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

**17.4.** Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nas **condições 17.1, 17.2 e 17.3 deste Edital**.

**17.5.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 4.133/2021.

**17.6.** Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**17.7.** A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

**17.8.** O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**17.9.** Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 17.7 e 17.8**, será a Licitante ou Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

**17.10.** As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.

**17.11.** Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos artigos 166 e 167 da Lei 14.133/2021.

**SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**18.1.** Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital de licitação, ou apresentar impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei.

**18.1.1.** O pedido de esclarecimento e a impugnação poderão ser enviados diretamente ao Pregoeiro/à Pregoeira, via e-mail [gsconceicao@tre-ba.jus.br](mailto:gsconceicao@tre-ba.jus.br), ou por meio do Protocolo Digital (conforme orientações disponíveis em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a sexta-feira, no período das 8h às 13h.

**18.2.** Eventuais consultas poderão ser realizadas por intermédio do telefone (71) 3373-2143, de segunda a sexta-feira, no período das 8h às 14h.

**18.3.** Caberá ao Pregoeiro/à Pregoeira manifestar-se acerca dos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data em que recebê-los, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, observando o seguinte:

- a) o Pregoeiro/a Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos;
- b) manifestando-se sobre a impugnação, o Pregoeiro/a Pregoeira deverá encaminhá-la, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- c) a impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro/pela pregoeira nos autos do processo de licitação;
- d) acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**18.4.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão licitante e no sistema, dentro do prazo estabelecido na **condição 18.3** acima, e vincularão os participantes e a Administração.

**SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**19.1.** A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade insanável no procedimento; ou revogada por motivos de conveniência ou oportunidade decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado mediante decisão fundamentada, assegurada prévia manifestação dos interessados.

**19.1.1.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**19.1.2.** Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos elencados no art. 147 da Lei 14.133/2021.

**19.2.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

**19.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**19.4.** Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

**19.5.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

**19.6.** O Pregoeiro/A Pregoeira ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**19.7.** A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

**19.8.** O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**19.9.** Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.

**19.9.1.** Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 1º de agosto de 2025

**Gilson Soares da Conceição**  
**Pregoeiro**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1.** Contratação de serviços continuados de copeiragem, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**1.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações reconhecidas e usuais de mercado, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos deste Tribunal.

**1.3.** Trata-se de serviços prestados de forma contínua, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, em razão de sua essencialidade para manutenção da atividade administrativa, sendo decorrentes de necessidades permanentes, cuja interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional deste Tribunal.

**1.4.** A presente contratação adotará como critério de julgamento o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, e como regime de execução o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme regras estabelecidas no instrumento convocatório.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A contratação para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção faz-se necessária para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em face da inexistência de mão de obra nos quadros funcionais típicos no TRE/BA, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pela legislação aplicável.

Os serviços de copa e cozinha abrangem atividades relacionadas à preparação de cafés, sucos e chás, bem como a sua distribuição nos diversos setores e nas sessões do pleno e eventos promovidos pelo Tribunal.

Há, no Tribunal, apesar da implantação do processo digital (SEI), um fluxo de documentos entre os diversos setores e, também, externamente, notadamente de correspondências. Tal o



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

nível de dedicação que tais atividades demandam, é justificável a contratação de pessoal para esse mister. Essas tarefas deverão ser executadas pelos mensageiros.

Cabe salientar, também, que existe uma circulação diária muito grande de pessoas (eleitores, advogados, juízes, imprensa etc.) no Edifício-Sede deste Tribunal bem como nos prédios anexos e nas recepções da Presidência, Vice-Presidência (Corregedoria) e Diretoria-Geral. Esse contingente de pessoas precisa ser triado, orientado e liberado a acessar as dependências do órgão. Para essa atividade será indispensável a contratação de postos de recepcionistas.

Existe, ainda, a necessidade da disponibilização de profissionais responsáveis pela organização do ambiente, pela operação de equipamento de audiovisual, compreendendo o manuseio, a realização de ajustes, manutenções simples, testes e configurações em *Datashow*, microfones, mesa de som, sistema de gravação digital de som, sistema de gravação e divulgação de vídeo, bem como todo e qualquer equipamento ou sistema de áudio e vídeo, inclusive aqueles adquiridos ou que venham a ser adquiridos, digitais ou analógicos. Esses equipamentos e sistemas de audiovisual deverão ser operados, testados e mantidos em sua plenitude quando da realização de eventos, treinamentos e sessões plenárias da Corte. Ressalte-se que o Tribunal conta com apenas um servidor ocupante do cargo de Técnico em Telecomunicações e Eletricidade, que está envolvido em várias atividades que ocupam a maior parte do seu tempo, tais são as relacionadas com a fiscalização técnica de vários contratos na sua área de atuação, bem como, em maior grau, na atuação no núcleo de automação do órgão. Assim, as atividades aqui relacionadas apenas podem ser supervisionadas pelo mencionado servidor.

Em razão do quantitativo de pessoal envolvido na prestação dos serviços, necessária a disponibilização de Coordenador(a) Administrativo(a) para dirigir a regular execução das obrigações pactuadas.

A contratação deste serviço, de natureza continuada, pretende, assim, permitir o desenrolar das atividades de competência das seções de apoio administrativo da capital e contempla, no seu bojo, atividades auxiliares que, apesar de imprescindíveis para o bom funcionamento do Órgão, não são inerentes às categorias funcionais que integram o Tribunal. É certo afirmar que a terceirização desses serviços possibilitará a redução do envolvimento de servidores em tarefas acessórias, instrumentais ou complementares às atividades finalísticas, proporcionado o acréscimo de produtividade e a qualidade na execução das ações inerentes aos cargos efetivos desta Justiça Especializada, especialmente no que tange às atividades de planejamento, gestão e controle.

**2.2.** A justificativa para a contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional vigente, em especial aos seguintes objetivos: Prestar serviço de qualidade ao público e Promover a sustentabilidade ambiental.

**2.3.** A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações do exercício de 2025.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**2.4.** A relação entre o quantitativo do objeto a ser contratado, previsto neste Termo de Referência, e a demanda da Administração a ser atendida encontra-se demonstrada no Estudo Técnico Preliminar divulgado no Portal da Transparência deste Tribunal.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**4.1.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e entre as obrigações da Contratada, os quais se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), adotado por este Tribunal por força da [Portaria TRE-BA nº 453/2022](#), devem ser atendidos os seguintes requisitos:

**4.1.1.1.** Promover o respeito à diversidade e à equidade, de forma a combater a discriminação que se baseie em preconceito e envolva distinção, exclusão e preferência que tenham o efeito de anular a igualdade de tratamento ou oportunidades.

**4.1.1.2.** Contribuir para a erradicação do trabalho infantil e para proteger o adolescente do trabalho ilegal.

**4.1.1.3.** Contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho degradante ou forçado.

**4.1.1.4.** Reservar vagas para jovens aprendizes, pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.

**4.1.1.5.** Reservar vagas para participação feminina, em especial para mulheres em condições de vulnerabilidade econômico-social.

**4.1.1.6.** Promover a saúde ocupacional e prevenir riscos e doenças relacionados ao trabalho.

**4.1.1.7.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

**4.1.1.8.** Promover curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

#### **4.2. VISTORIA PRÉVIA FACULTATIVA**

**4.2.1.** A vistoria prévia é facultativa, não se consubstanciando em condição para a contratação. Contudo, ficam os interessados cientes de que, após a apresentação das





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

propostas, não serão admitidas, em nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento do objeto a ser contratado, bem como de dificuldades técnicas não identificadas ou previstas.

**4.2.2.** Caso o fornecedor opte pela realização da vistoria, deverá manter contato com a Seção de Apoio Administrativo da Capital (SEAC), por meio dos telefones 71 3373-7039/7090 ou e-mail [seac@tre-ba.jus.br](mailto:seac@tre-ba.jus.br), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data da licitação, visando ao respectivo agendamento.

**4.3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

**4.3.1.** Os serviços serão executados nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (Edifício Sede, Anexos I, II e III e Centro de Apoio Técnico – CAT), localizadas em Salvador/BA, ou em locais em que a Justiça Eleitoral esteja atuando eventualmente na capital ou no interior do estado, observando-se o seguinte quantitativo regular de postos e a respectiva jornada de trabalho:

ITEM	POSTO DE TRABALHO	JORNADA	QUANTIDADE DE POSTOS
1	Auxiliar Técnico Operacional	40 horas semanais	2
2	Coordenador(a) Administrativo(a)	40 horas semanais	1
3	Copeiro(a)	40 horas semanais	3
4	Garçom/garçonete	40 horas semanais	3
5	Maître	40 horas semanais	1
6	Mensageiro(a)	40 horas semanais	2
7	Recepcionista I	40 horas semanais	6
8	Recepcionista III	40 horas semanais	3
9	Recepcionista IV	40 horas semanais	7
TOTAL DE POSTOS			28

**4.3.1.1.** A Contratada não compartilhará os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**4.3.2. ACRÉSCIMO DE POSTOS EM ANO ELEITORAL E SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS**

**4.3.2.1.** No ano em que ocorrerem eleições, plebiscitos ou referendos, a Contratante poderá solicitar acréscimos temporários de postos, observando os quantitativos e períodos a seguir relacionados:

POSTO DE TRABALHO	QUANTITATIVO ESTIMADO	PERÍODO ESTIMADO
Copeiro(a)	2	Até 120 dias
Garçom/garçonete	2	Até 120 dias
Mensageiro (a)	1	Até 120 dias
Recepcionista I	2	Até 120 dias
Recepcionista III	2	Até 120 dias
TOTAL	9	

**4.3.2.2.** O quantitativo e o período de acréscimo fixados no item **4.3.2.1** são estimados e somente serão autorizados para atender demandas temporárias vinculadas ao serviço eleitoral.

**4.3.2.3.** Excepcionalmente, a Contratante poderá autorizar a execução de serviços extraordinários (horas extras) com o escopo de atender a situações de aumento excepcional de atividade que não puderem ser realizadas no horário normal de trabalho.

**4.3.2.4.** Os serviços extraordinários poderão ser realizados em dias úteis, bem como aos sábados, domingos e feriados e serão requisitados à Contratada de acordo com a necessidade, observando-se os limites estabelecidos na legislação trabalhista, o respeito ao descanso semanal remunerado e as quantidades anuais estimadas de horas, por categoria profissional, apresentadas a seguir:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

POSTOS DE TRABALHO	QUANTIDADE DE HORAS					
	Ano Não Eleitoral			Ano Eleitoral		
	Dias úteis (h)	Sábados (h)	Domingos e feriados (h)	Dias úteis (h)	Sábados (h)	Domingos e feriados (h)
Auxiliar Técnico Operacional	10	6	4	260	190	190
Coordenador(a) Administrativo(a)	10	6	4	260	190	190
Copeiro(a)	20	6	4	280	200	200
Garçom/Garçonete	10	6	2	260	190	190
Maître	10	6	4	260	190	190
Mensageiro(a)	4	6	2	260	190	190
Recepcionista I	10	6	2	260	190	190
Recepcionista III	10	6	4	260	190	190
Recepcionista IV	10	6	4	260	190	190

**4.3.2.5.** A Contratada será remunerada pela prestação de horas-extras utilizando-se da seguinte fórmula:

$$vhe = [rem \times (1+13fa) \times (1+es) \times (1+i) \times (1+ci) \times (1+l) \div d] / (1-t), \text{ onde:}$$

*vhe* = valor da hora extra;

*rem* = remuneração

*13fa* = incidência sobre 13º salário, férias e adicional

*es* = encargos sociais relativos ao módulo 2.2 da planilha de custo e formação de preços;

*i* = índice referente ao acréscimo legal sobre a hora normal, previsto na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho - CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

*ci = custos indiretos;*

*ℓ = lucro.*

*d = divisor, de acordo com a jornada mensal prevista na CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista;*

*t = Tributos incidentes sobre o faturamento*

#### **4.3.3. DESLOCAMENTOS**

**4.3.3.1.** Excepcionalmente, poderá haver a prestação de serviços em municípios localizados no interior do Estado da Bahia, onde ocorrerem eventos promovidos pela Justiça Eleitoral.

**4.3.3.2.** Ocorrendo a situação descrita no item **4.3.3.1**, será devido ao empregado que se deslocar a serviço o pagamento de diárias.

**4.3.3.3.** A estimativa anual com deslocamentos encontra-se representada na tabela abaixo:

ESTIMATIVA ANUAL DE DESLOCAMENTOS		
Tipo	Quantidade	
	Ano Não Eleitoral	Ano Eleitoral
Com Pernoite	40	80
TOTAL	<b>40</b>	<b>80</b>

**4.3.3.4.** O transporte será provido pela Contratante, em veículo próprio, apenas na hipótese excepcional prevista no item **4.3.3.1**.

#### **4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**4.4.1.** Deverá ser apresentado, no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução com êxito de objeto pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto previsto neste Termo de Referência, assim entendida a que demonstra que a empresa gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, **com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos regulares contratados em decorrência da contratação, qual seja: 28 (vinte e oito) postos.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**4.4.1.1.** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

**4.4.1.2.** O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da empresa.

**4.4.2.** Deverá ser comprovada experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços terceirizados, ininterruptos ou não, até a data da licitação.

**4.4.2.1.** Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

**4.4.2.2.** Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência.

**4.4.3.** As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

**4.4.4.** Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

**4.4.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

#### **4.5. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS**

**4.5.1.** Será exigida a seguinte qualificação mínima dos profissionais que executarão os serviços:

##### **4.5.1.1. Auxiliar Técnico Operacional**

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) ensino Médio completo ou equivalente;
- c) conhecimento na utilização do sistema operacional Windows, internet, editor de texto e planilhas eletrônicas;
- d) conhecimento comprovada na operação de equipamentos de audiovisual, tais como Datashow, microfone e mesa de som;
- e) conhecimentos básicos comprovados em segurança do trabalho;
- f) habilidade de comunicação.

##### **4.5.1.2. Copeiro/Copeira**

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) ensino Fundamental completo.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**4.5.1.3. Coordenador(a) Administrativo(a)**

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) conhecimento na utilização do sistema operacional Windows, internet, correio eletrônico, editor de texto e planilhas eletrônicas;
- c) facilidade de comunicação e capacidade de liderança;
- d) ensino Médio completo.

**4.5.1.4. Garçom/Garçonete**

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) ensino Fundamental completo.

**4.5.1.5. Maître**

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) ensino médio completo;
- c) experiência profissional como maître.

**4.5.1.6. Mensageiro/Mensageira**

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) ensino Fundamental completo.

**4.5.1.7. Recepcionista I**

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) ensino médio completo;
- c) conhecimentos básicos de informática.

**4.5.1.8. Recepcionista III**

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) ensino médio completo;
- c) conhecimento na utilização do sistema operacional Windows e internet;
- d) conhecimento na utilização de equipamentos de scanner, copiadoras e impressoras;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

e) habilidade de comunicação.

**4.5.1.9. Recepcionista IV**

- a) idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- b) ensino médio completo;
- c) conhecimento na utilização do sistema operacional Windows, internet, correio eletrônico, editor de texto e planilhas eletrônicas;
- d) conhecimento na utilização de equipamentos de scanner, copiadoras e impressoras;
- e) capacidade de síntese, de análise e de concentração;
- f) habilidade de comunicação;
- g) habilidade de trabalho em equipe.

**4.5.2.** Todos os profissionais alocados nos serviços deverão demonstrar capacidade de concentração, desenvoltura, organização, atenção, polidez, zelo, discrição, presteza e responsabilidade na execução das atividades.

**4.5.3.** Todos os profissionais alocados para a prestação de serviços estarão subordinados às normas que disciplinam a segurança da informação e do patrimônio da Justiça Eleitoral.

**4.6. UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

**4.6.1.** A Contratada deverá providenciar para que os profissionais alocados na prestação dos serviços apresentem-se ao trabalho trajando uniformes, bem como utilizem os equipamentos de proteção individual adequados a cada atividade, fornecidos às expensas da empresa.

**4.6.2.** O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue com antecedência suficiente para que os empregados iniciem as atividades já uniformizados.

**4.6.3.** Os uniformes deverão ser entregues aos empregados mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue à Contratante, sempre que solicitado pela Fiscalização do Contrato.

**4.6.4.** O custo do uniforme ou dos EPIs não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.

**4.6.5.** A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens de uniformes nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços. Os itens que compõem o conjunto do uniforme, descritos abaixo (masculino ou feminino), deverão ser fornecidos antes do início da prestação dos serviços e substituídos sempre que necessário.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**4.6.5.1. Copeira/Garçonete**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Saia em microfibra azul na altura dos joelhos	Unidade	2
2	Blusa branca em crepe	Unidade	2
3	Meia-calça feminina	Par	2
4	Meia de algodão	Par	3
5	Sapato fechado	Par	2
6	Guarda-pó branco (em algodão)	Unidade	2
7	Touca branca em algodão	Unidade	2
8	Avental impermeável	Unidade	2
9	Luva branca	Par	2
9	Crachá	Unidade	1

**4.6.5.2. Coordenador Administrativo, Mensageiro, Auxiliar Técnico Operacional e Recepcionista (masculino)**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Camisa de mangas curtas ou compridas	Unidade	2
2	Calça	Unidade	2
3	Cinto	Unidade	1
4	Meia de algodão	Par	3
5	Sapato fechado	Par	2
6	Crachá	Unidade	1



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**4.6.5.3. Copeiro/Garçom**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Camisa branca social de mangas curtas ou compridas	Unidade	2
2	Calça preta (tecido Panamá)	Unidade	2
3	Cinto	Unidade	1
4	Meia de algodão	Par	3
5	Sapato fechado	Par	2
6	Gravata	Unidade	2
7	Touca branca em algodão	Unidade	2
8	Avental impermeável	Unidade	2
9	Luva branca	Par	2
10	Crachá	Unidade	1

**4.6.5.4. Coordenadora Administrativa, Mensageira, Auxiliar Técnico Operacional e Recepcionista, Maître (Feminino)**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Saia reta, na cor preta, comprimento na altura dos joelhos	Unidade	2
2	Blusa de botões, gola e manga curta ou comprida, na cor branca	Unidade	2
3	Meia-calça feminina cor da pele	Unidade	1



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

4	Meia de algodão	Par	3
5	Sapato preto salto médio	Par	2
6	Gravata tipo laço na cor vermelha	Unidade	2
7	Blazer na cor preta, acinturado, com mangas compridas e comprimento na altura da coxa.	Unidade	2
8	Crachá	Unidade	1

**4.6.5.5. Maître (Masculino)**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Blaser preto com mangas compridas e comprimento na altura da coxa	Unidade	2
2	Calça preta	Unidade	2
3	Blusa branca de algodão, gola e manga curta ou comprida, na cor branca	Unidade	2
4	Meia de algodão	Par	3
5	Sapato preto social	Par	2
6	Gravata na cor preta	Unidade	2
7	Crachá	Unidade	1

**4.6.6.** Os modelos de uniformes são meramente sugestivos.

**4.6.7.** Os crachás deverão conter o nome do empregado, função (com flexão de gênero – p.ex. garçom/garçonete, copeiro/copeira etc.), número da carteira de identidade e de trabalho e sua foto recente, sendo afixados na parte superior do fardamento, em local visível.

**4.6.8.** Em caso de eventos coletivos de saúde pública, tais como epidemias e outras doenças infectocontagiosas, que atinjam a população em geral e que levem à adoção pelas autoridades sanitárias de medidas de caráter restrito como o uso de materiais de proteção individual, será de responsabilidade da Contratada o fornecimento desses materiais para cada profissional alocado na prestação dos serviços.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**4.7. NORMAS GERAIS DE CONDUTA**

**4.7.1.** O profissional alocado na prestação dos serviços deverá pautar seu comportamento nas regras de conduta a seguir relacionadas, sendo obrigação da Contratada dar-lhes ciência:

- a) ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela chefia ou pelo(a) Coordenador(a) Administrativo(a);
- b) apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá e uniformizado(a);
- c) assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- d) conhecer a missão do posto que ocupa, assim como a forma de utilização dos equipamentos colocados à sua disposição;
- e) manter atualizada a documentação utilizada para prestação do trabalho pelos ocupantes dos postos;
- f) buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- g) comunicar ao coordenador administrativo ou preposto da empresa qualquer irregularidade verificada;
- h) cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante;
- i) respeitar a hierarquia, não praticar atos de insubordinação, condutas abusivas, hostis, de conotação sexual, e atitudes desrespeitosas ou discriminatórias, com base em raça, cor, etnia, sexo, idade, estado civil, religião, orientação sexual, necessidades especiais, aparência, origem, convicção política ou qualquer outra forma de preconceito, independentemente de intencionalidade, sob pena de apuração, em observância às normas internas da Contratante, especialmente o [Código de Ética](#) e a [Resolução Administrativa nº 18/2024](#), que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito deste Tribunal;
- j) observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- k) adentrar em áreas restritas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- l) zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- m) operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- n) solicitar apoio técnico junto às unidades competentes do Contratante para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- o) guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- p) dotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- q) evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias nas suas atividades;
- r) não realizar trabalhos estranhos ao contrato, durante o horário de trabalho e nas dependências do TRE-BA;
- s) tratar a todos com urbanidade, ou seja, agir com respeito com as pessoas, demonstrando civilidade e profissionalismo;
- t) reportar apenas ao Coordenador Administrativo, preposto ou aos membros da Equipe de Gestão e Fiscalização os assuntos de serviço ou atinentes ao contrato;
- u) comunicar imediatamente ao seu superior imediato, aos fiscais e ao gestor do contrato, qualquer constrangimento de que for vítima ou de que tenha conhecimento em relação aos demais empregados alocados no contrato ou, se for o caso, valer-se dos canais de atendimento da Ouvidoria do Tribunal, disponibilizados em seu site na internet;
- v) acessar à internet e usar o telefone de forma ponderada e restrita aos assuntos relacionados ao trabalho.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 5.1.** A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento pela Contratada da Ordem de Serviço emitida pela Fiscalização.
- 5.2.** A Ordem de Serviço deverá ser emitida pelo gestor ou pelo fiscal técnico do contrato em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 5.3.** Após a emissão da Ordem de Serviço, o gestor do contrato poderá convocar a Contratada para uma reunião, no qual deverão ser apresentados planos de trabalho e documentação dos profissionais a serem alocados nos postos de trabalho.
- 5.4.** Os serviços deverão ser executados em horário compreendido entre 7 e 19 horas, de segunda a sexta-feira, cabendo à Contratante definir as escalas de horário para o cumprimento da jornada de trabalho que poderá, inclusive, ser estabelecida fora do horário de expediente informado ou nos sábados, a depender da necessidade do serviço, admitida a compensação de horas, atendidas as exigências legais.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**5.5.** Nos dias em que não houver expediente nas unidades do Contratante, os prestadores de serviços poderão ser dispensados da jornada de trabalho, no respectivo dia, sem prejuízo da remuneração.

**5.6.** Em caráter excepcional poderá haver serviço extraordinário em dias úteis, aos sábados, domingos e feriados e em horário noturno, sempre se observando a jornada legal diária e semanal e os limites dispostos no item **4.3.2.4** deste Termo de Referência.

**5.7.** O cumprimento da jornada diária de trabalho será controlado pela Contratada. Quando os trabalhos forem desenvolvidos na sede do TRE-BA, os profissionais deverão marcar a frequência em equipamento tipo relógio de ponto eletrônico, fornecido pela Contratada. No caso de prestação de serviços em locais fora das dependências do edifício sede e anexos, localizados no município de Salvador ou no interior do estado, o registro da frequência deverá ser realizado através de assinatura manual de folha de ponto, em formulário fornecido pela Contratada.

**5.8.** As frequências dos empregados serão diariamente registradas, fazendo constar os horários de chegada, saída e intervalo para refeição.

## **5.9. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS**

### **5.9.1. Auxiliar Técnico Operacional**

- a) verificar, previamente à realização das sessões do Tribunal e demais eventos, o perfeito funcionamento dos equipamentos de audiovisual sob sua responsabilidade, bem como sua disposição, higiene, segurança e adequação;
- b) conferir, periodicamente, o perfeito funcionamento dos sistemas e equipamentos de audiovisual sob sua responsabilidade, comunicando de imediato a necessidade do reparo, caso seja identificado algum problema;
- c) quando da realização de sessões solenes ou outro evento, providenciar a disponibilização do hino nacional para reprodução;
- d) acompanhar a execução de serviços internos ou externos, relacionados com suas atribuições, prestando suporte e informações aos prestadores, sob a orientação da equipe de fiscalização do contrato;
- e) instalar, testar e operar equipamentos de audiovisual, tais como: Datashow, microfones, mesa de som, cabos, sistema de gravação digital de som, bem como todo e qualquer equipamento ou sistema de áudio e vídeo, inclusive aqueles adquiridos ou que venham a ser adquiridos, digitais ou analógicos;
- f) operar o sistema de gravação digital de áudio do Plenário nos dias em que houver Sessão na Corte ou em eventos que necessitem de gravação, inclusive palestras e treinamentos;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- g) operar o sistema de audiovisual do auditório nas palestras, treinamentos e demais eventos promovidos pelo Tribunal;
- h) realizar pequenos reparos e manutenção preventiva e preditiva dos equipamentos de audiovisual sob sua responsabilidade;
- i) fazer cópias magnéticas e digitais da gravação dos eventos do Tribunal (Sessões, Palestras, dentre outras atividades de interesse deste Regional), quando solicitado;
- j) providenciar a transmissão de sessões e eventos do Tribunal, ao vivo ou gravados, no sítio do órgão na internet e em redes sociais, sob a orientação da Assessoria de Comunicação e Cerimonial e da equipe de fiscalização do contrato;
- k) manter arquivos de áudio devidamente organizados por data, bem como realizar os backups em mídia apropriada;
- l) observar na execução dos serviços de operação, manutenção, instalação e testagem, as disposições contidas neste Termo de Referência, bem como nas normas, padrões, regulamentos, práticas e orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- m) outras atividades correlatas e que obedeçam à natureza da contratação.

**5.9.2. Copeiro/Copeira**

- a) preparar café, sucos e chás;
- b) abastecer as garrafas térmicas e sua distribuí-las nas unidades do Tribunal e nos Cartórios Eleitorais da Capital;
- c) limpar e higienizar os eletrodomésticos, mobiliário e utensílios em uso na copa;
- d) guardar e controlar material de consumo que se encontrarem na copa, bem assim, material utilizado na prestação dos serviços, tais como bandejas, louças e talheres;
- e) auxiliar os funcionários de empresas eventualmente contratadas para a realização de eventos, cerimônias, recepções, coquetéis, almoços e lanches organizados pelo Tribunal;
- f) lavar copos, louças, talheres e outros utensílios utilizados na execução dos serviços;
- g) separar o lixo orgânico, gerado no serviço de copeiragem, dos recicláveis;
- h) coletar borra de café para envio à compostagem;
- i) outras atividades correlatas e que obedeçam à natureza da contratação.

**5.9.3. Coordenador(a) Administrativo(a)**

- a) conhecimento na utilização do sistema operacional Windows, internet, correio eletrônico, editor de texto e planilhas eletrônicas;
- b) facilidade de comunicação e capacidade de liderança;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- c) apresentar relatórios dos serviços executados sempre que solicitado pela fiscalização;
- d) analisar atuação dos profissionais na execução das tarefas;
- e) administrar os recursos humanos, controlando frequência, ausências, atrasos, atestados, férias e substituições de afastamentos;
- f) exercer poder de comando sobre os postos para que as operações sejam eficientes e eficazes, mantendo sempre em perfeita ordem as dependências do Contratante;
- g) administrar os postos de serviço;
- h) repassar aos profissionais as informações e orientações do Contratante que forem colocadas pelos fiscais do contrato;
- i) intermediar as relações entre Contratada e fiscalização do contrato;
- j) executar outras atividades correlatas e que obedeçam à natureza da contratação.

**5.9.4. Garçom/Garçonete**

- a) servir café, água, chás e sucos durante as Sessões da Corte ou sempre que houver solicitação das Unidades da Presidência, de Gabinete de Desembargador Eleitoral, da Corregedoria, da Diretoria Geral e das Secretarias do Tribunal;
- b) providenciar a retirada de copos e demais utensílios utilizados para servir as unidades do Tribunal, providenciando o encaminhamento à copa para que sejam limpos;
- c) auxiliar o pessoal da copa no que for necessário para garantir o bom andamento e a celeridade na execução dos serviços;
- d) servir refeições e lanches;
- e) preparar os ambientes para servir refeições e lanches, bem como arrumação dos mesmos ao final;
- f) preparar sucos e arrumar nas bandejas para serem servidos nas refeições e lanches;
- g) auxiliar aos funcionários de empresas eventualmente contratadas para a realização de eventos, cerimônias, recepções, coquetéis, almoços e lanches organizados pelo Tribunal;
- h) comunicar à fiscalização do contrato, com antecedência, a necessidade de qualquer material a ser utilizado na execução dos serviços que não seja de responsabilidade da contratada, tais como bandejas, copos, café em pó, guardanapos, pratos, xícaras, garrafas térmicas, jarras para água, colheres, açucareiros etc.;
- i) separar o lixo orgânico, gerado no serviço de copeiragem, dos recicláveis;
- j) outras atividades correlatas e que obedeçam à natureza da contratação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**5.9.5. Maître**

- a) supervisão dos trabalhos desenvolvidos pelos garçons e copeiras;
- b) planejamento das rotinas de atendimento nos gabinetes, eventos e outras unidades;
- c) coordenação de equipes de trabalho de atendimento;
- d) montagem e desmontagem de mesas, organização, conferência e controle de materiais de trabalho.

**5.9.6. Mensageiro/Mensageira**

- a) distribuir interna e externamente periódicos, documentos e correspondências;
- b) preparar documentos e correspondências para remessa por malote, via postal ou distribuição interna/externa, já selecionados e separados por servidor do Tribunal;
- c) pesar malotes, encomendas, documentos, caixas, volumes e outros, tanto na saída quanto na chegada;
- d) acondicionar expedientes e correspondências nos respectivos malotes, após a seleção e separação realizada por servidor do Tribunal;
- e) entregar de malotes, encomendas, correspondências, documentos, caixas, volumes e outros materiais à Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) ou a empresas transportadoras;
- f) transportar, através de veículo do Tribunal ou de terceiros, processos, caixas, volumes, equipamentos, mobiliários e materiais de natureza diversa para os postos eleitorais instalados nos SACs (Serviço de Atendimento ao Cidadão), zonas eleitorais da Capital, partidos políticos, empresas privadas, órgãos públicos municipais, estaduais e federais ou quaisquer outros destinatários que este Regional indique;
- g) acompanhar processos e outros documentos com vista à obtenção de fotocópias, tanto no Tribunal quanto externamente;
- h) outras atividades correlatas e que obedeçam à natureza da contratação.

**5.9.7. Recepcionista I**

- a) prestar informações sobre as unidades administrativas e as dependências do Tribunal;
- b) registrar a entrada e saída de pessoas, materiais e bens de patrimônio nas dependências do TRE/BA;
- c) atender a chamadas telefônicas;
- d) receber, anotar e transmitir recados e mensagens recebidas;
- e) fornecer informações gerais, de acordo com as orientações a serem repassadas pelo Tribunal;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- f) identificar visitantes, utilizando-se de sistema convencional de controle de acesso às dependências do TRE ou de sistema informatizado que venha a ser implantado na recepção;
- g) observar as normas específicas para o acesso às diversas áreas do Tribunal;
- h) manter-se atualizado e bem informado, sempre que se fizer necessária a adoção de novas rotinas ou qualquer outra alteração nos procedimentos de acesso às dependências do TRE/BA;
- i) orientar os profissionais na execução das tarefas;
- j) cumprir rigorosamente os procedimentos estabelecidos nas normas de acesso do Tribunal e nas rotinas específicas do serviço de recepção;
- k) receber de forma cortês e atenciosa os visitantes que se dirigirem às unidades administrativas do Tribunal, fornecendo informações precisas e objetivas;
- l) comunicar imediatamente ao responsável designado para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;
- m) capacidade de comunicar-se com fluência, desenvoltura e cordialidade;
- n) notificar a área de segurança sobre a presença de pessoas estranhas, bem como de qualquer ocorrência que possa provocar inconvenientes à Contratante; e
- o) outras atividades correlatas e que obedeçam à natureza da Contratação.

**5.9.8. Recepcionista III**

- a) recepcionar servidores e autoridades na unidade em que está atuando, prestando informações necessárias e registrando entradas e saídas.
- b) providenciar para que sejam servidos café, água ou outra bebida a servidores e autoridades recepcionadas na unidade em que está atuando.
- c) prestar informações sobre as unidades administrativas e as dependências do Tribunal;
- d) atender a chamadas telefônicas e direcioná-las aos destinatários;
- e) receber, anotar e transmitir recados e mensagens recebidas;
- f) fornecer informações gerais, de acordo com as orientações a serem repassadas pelo Tribunal;
- g) identificar visitantes, utilizando-se de sistema convencional de controle de acesso às dependências do TRE ou de sistema informatizado que venha a ser implantado na recepção;
- h) observar as normas específicas para o acesso às diversas áreas do Tribunal;
- i) manter-se atualizado e bem informado, sempre que se fizer necessária a adoção de novas rotinas ou qualquer outra alteração nos procedimentos de acesso às dependências do TRE/BA;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- j) cumprir rigorosamente os procedimentos estabelecidos nas normas de acesso do Tribunal e nas rotinas específicas do serviço de recepção;
- k) receber de forma cortês e atenciosa os visitantes que se dirigirem às unidades administrativas do Tribunal, fornecendo informações precisas e objetivas;
- l) comunicar imediatamente ao responsável designado para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- m) capacidade de comunicar-se com fluência, desenvoltura e cordialidade;
- n) notificar a área de segurança sobre a presença de pessoas estranhas, bem como de qualquer ocorrência que possa provocar inconvenientes à Contratante;
- o) recepcionar documentos e processos, registrando-os em sistema apropriado e encaminhando-os ao destinatário;
- p) quando da realização de eventos do Tribunal, seja nas dependências do órgão ou em outro local por ele designado, promover a recepção de participantes e convidados, orientando-os, identificando-os, credenciando-os e direcionando-os ao local designado;
- q) outras atividades correlatas e que obedeçam à natureza da Contratação.

**5.9.9. Recepcionista IV**

- a) recepcionar servidores e autoridades na unidade em que está atuando, prestando informações necessárias e registrando entradas e saídas.
- b) registrar as demandas dos clientes internos e externos em planilha própria, dando ciência aos servidores da unidade;
- c) prestar informações sobre as unidades administrativas e as dependências do Tribunal;
- d) prestar apoio no registro de atas de reuniões, salvando-as em arquivo interno;
- e) receber, anotar e transmitir recados e mensagens recebidas;
- f) fornecer informações gerais, de acordo com as orientações a serem repassadas pelo Tribunal;
- g) atualizar planilhas de controle e registro de documentos, contatos e quaisquer outras informações necessárias para a organização de documentos da unidade em que está atuando;
- h) auxiliar na recepção e conferência de documentos protocolizados;
- i) escanear ou imprimir, quando necessário, documentos relativos às rotinas da unidade;
- j) recepcionar, registrar e acompanhar demandas de sistemas internos, quando necessário;
- k) receber de forma cortês e atenciosa os visitantes que se dirigirem às unidades administrativas do Tribunal, fornecendo informações precisas e objetivas;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- l) comunicar imediatamente ao responsável designado para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- m) capacidade de comunicar-se com fluência, desenvoltura e cordialidade;
- n) realizar atendimento aos clientes internos e externos seja por meio de ligação telefônica ou e-mail;
- o) recepcionar documentos físicos, encaminhando-os ao destinatário;
- p) outras atividades correlatas e que obedeçam à natureza das atividades da unidade em que está atuando.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

**6.2.** As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.3.** A Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.4.** Após a assinatura do contrato, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e pagamento e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.5.** A Contratada designará formalmente um preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, e os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.6.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**6.7.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos aspectos administrativos e organizacionais referentes ao contrato, tais como: notas fiscais/faturas dos serviços prestados, prazos, substituição de funcionários, etc.

**6.8.** A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas do Órgão, especialmente o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**6.9.** O preposto deve conhecer o conteúdo do contrato, com relação aos aspectos administrativos e organizacionais.

**6.10. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

**6.10.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma Equipe de Gestão e Fiscalização formalmente designada, a qual deverá observar as regras estabelecidas neste Termo de Referência, nos normativos internos do TRE-BA e na legislação.

**6.10.2. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**6.10.2.1.** O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.10.2.2.** O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e à prestação dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.10.2.3.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações, determinando prazo para a correção.

**6.10.2.4.** O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.10.2.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.10.2.6.** O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a data de término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**6.10.2.7.** A fiscalização da execução dos serviços quanto aos aspectos técnicos e funcionais abrange outras rotinas previstas neste Termo de Referência de acompanhamento do cumprimento das atribuições dos postos de trabalho, da assiduidade, da conformidade dos materiais, equipamentos e uniformes a serem utilizados, dentre outras obrigações relacionadas à execução física do objeto contratado.

**6.10.2.8.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**6.10.2.9.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017](#), aplicável no que for pertinente a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

esta contratação, por força da [Instrução Normativa Seges/ME nº 98/2022](#), e no [Decreto nº 11.246/2022](#), que dispõe sobre as regras de atuação dos gestores e fiscais de contratos.

**6.10.2.10.** Para a compensação da jornada prevista no [Decreto nº 12.174/2024](#), e na [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024](#), e desde que compatível com a natureza dos serviços, caberá ao fiscal técnico, após alinhamento com o gestor do contrato, fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida.

**6.10.2.11.** Na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades descentralizadas da sede deste Tribunal, o fiscal técnico deverá contar com o auxílio do fiscal setorial, quando houver, para fins de avaliação quanto à possibilidade de compensação.

**6.10.2.12.** O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

**6.10.2.13.** O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal do Termo de Recebimento Provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

**6.10.2.14.** Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

**6.10.2.15.** O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

**6.10.2.16.** Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

**6.10.2.17.** Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal técnico, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade.

**6.10.2.18.** O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

**6.10.2.19.** O fiscal técnico deverá elaborar o Termo de Recebimento Provisório, com as seguintes informações:

- a) se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- b) se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- c) se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- d) se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

**6.10.2.20.** Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal técnico do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

**6.10.2.20.1.** Neste caso, o fiscal técnico poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa, fazendo constar do Termo de Recebimento Provisório as seguintes informações:

- a) se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- b) se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

**6.10.2.21.** A compensação de jornada de trabalho deverá ser pautada em critérios de conveniência e oportunidade e não será considerada viável, nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa Seges/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, quando:

- a) implicar aumento de custos do contrato;
- b) demandar o acionamento de trabalhador substituto para cobrir a ausência do solicitante;
- c) o trabalhador tiver direito à falta justificada pelo motivo indicado para a compensação;
- d) implicar compensação acima dos limites permitidos pela legislação trabalhista; ou
- e) conflitar com a legislação trabalhista vigente, convenções coletivas, acordos coletivos ou dissídios coletivos da categoria.

### **6.10.3. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**6.10.3.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**6.10.3.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.10.3.3.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

**6.10.3.4.** Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

**6.10.3.4.1. No primeiro mês da prestação dos serviços:**

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) cópia do comprovante dos registros eletrônicos gerados nos sistemas informatizados da Carteira de Trabalho Digital ou, excepcionalmente, enquanto o empregador não for obrigado ao uso do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em meio físico, dos empregados admitidos pela execução dos serviços, devidamente assinada pela Contratada, conforme arts. 2º, 5º, II e 7º da [Portaria nº 1.065, de 23 de setembro de 2019, da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia](#);
- c) cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido na admissão dos empregados da Contratada que prestarão os serviços ou dos exames admissionais; e

**6.10.3.4.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf) :**

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**6.10.3.4.3. Entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos, no prazo de 15 (quinze) dias:**

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante e, preferencialmente, apenas os dados dos empregados alocados no contrato firmado com o TRE-BA;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;
- f) outros comprovantes e relatórios aptos a demonstrarem o cumprimento de obrigações atribuídas à Contratada, inclusive extraídos dos sistemas do FGTS Digital, do eSocial, entre outros.

**6.10.3.4.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 15 (quinze) dias:**

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, ou documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

**6.10.3.4.5. Entrega, até o quinto dia útil de cada mês, do relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato administrativo, observados os prazos do art. 5º da IN SEGES/MGI nº 213/2025, a partir do segundo mês da execução contratual, que deverá conter:**

- a) relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto, e informações sobre as férias, conforme alínea a, item 10.1, do Anexo VIII-B da IN MPOG/SLTI nº 05/2017;
- b) as datas de início e fim: do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já esteja programada; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**6.10.3.5.** Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item **6.10.3.4.1.** acima deverão ser apresentados.

**6.10.3.6.** A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item **6.10.3.4.4.** acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

**6.10.3.7.** A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

**6.10.3.7.1.** O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

**6.10.3.7.2.** Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o item **6.10.3.7.**, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

**6.10.3.10.** Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

**6.10.3.11.** Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

**6.10.3.12.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o fiscal administrativo deverá oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

**6.10.3.13.** Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o fiscal administrativo deverá oficiar ao Ministério do Trabalho.

**6.10.3.14.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**6.10.3.15.** A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

**6.10.3.16.** Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**6.10.3.17.** Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**6.10.3.17.1.** O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

**6.10.3.17.2.** Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

**6.10.3.18.** O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, em dedicação exclusiva, inclusive quanto às verbas rescisórias.

**6.10.3.19.** A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**6.10.3.20.** A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

**6.10.3.21.** A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da [Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017](#), cuja incidência se admite por força da [Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022](#).

**6.10.3.22.** Periodicamente, deverá ser solicitada a comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, conforme disposto no artigo 92, XVII da Lei nº 14.133, de 1993.

**6.10.3.23.** Caberá à fiscalização administrativa receber provisoriamente o objeto quanto a aspectos administrativos do contrato, e emitir o respectivo Termo de Recebimento Provisório, podendo indicar, após regular apuração, previamente ao recebimento definitivo, a necessidade de glosa e/ou retenção cautelar de multa decorrente da instauração de procedimento de apuração de responsabilidade contratual.

**6.10.3.24.** A fiscalização administrativa deverá verificar se a Contratada está abonando as ausências justificadas dos trabalhadores previstas no art. 473 da CLT, as quais não deverão ser compensadas, mas precisarão ser comprovadas junto ao empregador, observando-se:

- a) em caso de desconto indevido, a Contratada deverá ser notificada para o devido saneamento, estipulando-se prazo para tanto.
- d) a Contratada deverá ser orientada a elaborar as escalas e cronogramas de trabalho de forma que as dispensas não gerem sobrecarga de atividades para os demais colaboradores, ou prejuízo às atividades administrativas, minimizando-se o impacto das ausências na prestação dos serviços.

**6.10.4. Gestor do Contrato**

**6.10.4.1.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.10.4.1.1.** coordenar a Equipe de Gestão e Fiscalização e a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

**6.10.4.1.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.10.4.1.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.10.4.1.4.** emitir Termo de Recebimento Definitivo, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

**6.10.4.1.5.** assegurar-se de que foi instaurado o processo administrativo de apuração para fins de aplicação de sanções, observando o disposto em normativo interno;

**6.10.4.1.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

**6.10.4.1.7.** encaminhar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para adoção dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

**6.10.4.1.8.** cadastrar os dados dos empregados e empregadas terceirizados alocados(as) no contrato no Sistema de Cadastramento de Colaboradores Externos - SICACE, deste Tribunal, para fins de remessa das informações ao Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução CNJ n.º 587/2024, e divulgação mensal no sítio da internet do TRE-BA da relação de terceirizados e terceirizadas, nos termos do Anexo VI da Resolução CNJ n.º 102/2009

**6.10.4.2.** Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 81, de 12 de setembro de 2024).

## **7. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) E CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO**

**7.1.** A Contratante utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante do Anexo A, estabelecido na [Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017](#) e na [Portaria DG n.º 103/2018](#)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

do TRE-BA, parte integrante do contrato, para definir e padronizar indicadores e metas para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada, e respectiva adequação de pagamento, se for o caso, o que será verificado pela fiscalização técnica.

**7.2.** O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração aos serviços efetivamente prestados, não devendo a adequação de pagamento, originada pelo descumprimento do IMR ser interpretada como penalidade de multa.

**7.3.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**7.3.1.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos, registrando no relatório do Termo de Recebimento Provisório a ser encaminhado ao gestor do contrato, e notificar a Contratada desse resultado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução.

**7.3.2.** A Contratada poderá, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da notificação de que trata o item **7.3.1.**, apresentar justificativa quanto à prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação esperado, conforme apontamentos da fiscalização.

**7.3.3.** A justificativa poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

**7.3.4.** O valor a ser pago será ajustado proporcionalmente às inconsistências porventura verificadas, com base nas metas estabelecidas no IMR, devendo a Contratada emitir a nota fiscal somente após ser comunicada do resultado das aferições, de modo a minimizar eventuais inconsistências relativas às retenções tributárias e ao pagamento.

**7.4.** Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Contratante e da Contratada no acompanhamento e na execução do Contrato, que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços, sendo estes:

**7.4.1.** Assiduidade e Pontualidade;

**7.4.2.** Eficiência.

**7.5.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da qualidade da prestação dos serviços.

## **8. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**8.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante Termos de Recebimento Provisórios detalhados, os quais conterão relatório circunstanciado, em consonância com suas atribuições, com o registro, a análise e a conclusão das ocorrências verificadas na execução do contrato e demais



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

documentos que julgarem necessários, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**8.1.1.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, subsidiará o fiscal técnico no recebimento provisório.

**8.2.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento da comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

**8.3.** Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

**8.4.** Ao final de cada período/evento de faturamento:

**8.4.1.** O fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, aplicando IMR na forma indicada no item 7.4, consubstanciando a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório constante do Termo de Recebimento Provisório quanto aos aspectos técnicos a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**8.4.2.** o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório constante do Termo de Recebimento Provisório quanto aos aspectos administrativos que será encaminhado ao gestor do contrato.

**8.5.** O pagamento mensal pela Contratante ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS pela Contratada, relativas aos colaboradores que tenham participado da execução dos serviços contratados.

**8.6.** Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

**8.7.** O não recolhimento das contribuições sociais da Previdência social e do FGTS dos empregados, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no prazo fixado, será considerado falta grave, caracterizada como falha na execução do contrato, podendo dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação das demais sanções.

**8.8.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do último Termo de Recebimento Provisório detalhado.

**8.9.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**8.10.** A fiscalização não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**8.11.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.12.** Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, o que deverá ser informado no Termo de Recebimento Provisório, juntamente com o valor a ser retido cautelarmente para fazer face à eventual aplicação de multa, em sendo o caso.

**8.13.** Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**8.13.1.** realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pelos fiscais técnico e administrativo e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

**8.13.2.** emitir Termo de Recebimento Definitivo detalhado dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentada pelos fiscais;

**8.13.3.** comunicar à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, após a medição; e

**8.13.4.** preencher o *checklist* de verificação da nota fiscal e enviar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**8.14.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.15.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**8.16.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

## **9. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

**9.1.** Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento definitivo dos serviços, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação e pagamento, na forma deste item.

**9.1.1.** A nota fiscal/fatura, referente à prestação dos serviços do mês imediatamente anterior, deverá ser encaminhada à fiscalização do Contrato até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada dos demais documentos exigidos para a liquidação e pagamento.

**9.2.** A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, com o fim de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, observando o que foi firmado no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da prestação efetiva do serviço, consoante disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320/1964](#).

**9.2.1.** Para fins de liquidação, o setor competente da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante, cabendo ao gestor e/ou aos fiscais diligenciarem para saneamento das pendências.

**9.4.** A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no item **6.10.3.4.2**.

**9.5.** Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**9.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.7.** Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

**9.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratado não regularize sua situação.

**9.9.** Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, no prazo estipulado no item **9.1**.

**9.10.** Condiciona-se o pagamento à(ao):

- a) apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b) declaração da fiscalização e do gestor do contrato de que a execução ocorreu conforme pactuado, o que se dará mediante os Termos de Recebimento Provisórios e Definitivo emitidos.

**9.11.** A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o número do contrato firmado com o TRE-BA, o período de faturamento ao qual se refere, o nome do banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

**9.12.** A nota fiscal/fatura deve ser emitida, obrigatoriamente, no mês subsequente à prestação do serviço.

**9.13.** Será considerada a data do efetivo pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.14.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.14.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9.15.** No caso de atraso no pagamento imputado exclusivamente à Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

pagamento até a data de sua efetiva realização, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

1.  $I = (TX/100)/365$
2.  $EM = I \times N \times VP$ , onde:
3.  $I$  = Índice de atualização financeira;
4.  $TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual;
5.  $EM$  = Encargos moratórios;
6.  $N$  = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
e
7.  $VP$  = Valor da parcela em atraso.

**9.16.** A Adoção do regime de empreitada por preço global não obriga a Administração ao pagamento do valor total, podendo haver glosa de rubricas referentes a benefícios não comprovados pela contratada, a exemplo de assistência médica.

**9.17.** Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

**9.18.** Caso a Contratada não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes ao contrato, fica a Contratante autorizada a deduzir dos pagamentos devidos àquela os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.

**9.19** Conforme indicado na **Cláusula Sétima do Contrato**, os valores referentes às provisões trabalhistas e previdenciárias lá indicadas serão retidos e depositados em [conta-depósito vinculada](#), deixando de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

**9.20** O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada, haja vista a possibilidade de implicação da responsabilidade subsidiária do Contratante, quanto àquelas obrigações (art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e Súmula nº 331 do TST). A aplicação do disposto neste item não gerará reajustamento de preços.

**9.21.** Ocorrendo as situações previstas nos itens **9.17** e **9.20** e sendo a nota fiscal/fatura emitida no mês de competência, será ela encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, **até o dia 15 (quinze) do mês**, para que sejam providenciadas as retenções tributárias, com vista a não incidência de juros moratórios.

**9.22.** Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

## **10. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**10.1.** O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da Contratante, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

## **11. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**11.1.** No prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a **5% (cinco por cento)** sobre o valor anual contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

**11.2.** A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.

**11.3.** Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA.

**11.4.** A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplementos e, ainda, pelo pagamento das obrigações de ordem trabalhista e previdenciária.

**11.5.** A modalidade *seguro-garantia* somente será aceita se contemplar todos os eventos abarcados na disposição acima (prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração; obrigações trabalhistas e previdenciárias, não adimplidas pela Contratada).

**11.6.** A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 90 (noventa) dias após expirado o contrato.

**11.7.** No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo, percentual e condições estabelecidos neste tópico.

**11.7.1.** O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**11.7.2.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei 14.133/2022.

**11.8.** Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.

**11.8.1.** A fiança bancária deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**11.9.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

**11.10.** Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

**11.11.** O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

**11.12.** Ocorrendo acréscimos, repactuações ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas no **item 11.4**, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.

**11.12.1.** Em caso de acréscimos e supressões de caráter temporário, a Contratada, a critério da Administração, poderá ser desobrigada a complementar a garantia.

**11.13.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**11.14.** O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor anual do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.

**11.14.1.** Caso não ocorra a substituição da garantia apresentada em desconformidade (modalidades *seguro-garantia* e *fiança bancária*), no prazo indicado pela fiscalização, a Administração poderá autorizar a retenção acima referida.

**11.15.** A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no **item 11.14** por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 14.133/2022.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**11.16.** O bloqueio efetuado com base no **item 11.14** não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

**11.17.** O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

**11.18.** Quando da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade em decorrência de descumprimento de cláusulas contratuais e eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente à intimação da Contratada para apresentação de defesa, e às decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas, observado o disposto na Portaria nº 112/2023, do TRE-BA.

**11.18.1** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**11.19.** O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

**11.20.** A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo Tribunal.

## **12. OBRIGACÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

a) executar o serviço nas especificações e nas quantidades constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta, devendo observar, durante toda a execução contratual as garantias trabalhistas, especialmente:

- 1) cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 2) não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 3) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4) não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

5) receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

6) assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço, devendo adotar os procedimentos definidos pela SEGES/MGI (IN nº 213/2025), especialmente;

6.1) realizar o planejamento das férias dos trabalhadores terceirizados desde o início do contrato, na forma do disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da IN n.º 213/2025 da SEGES/MGI;

6.2) realizar a programação da fruição das férias de cada colaborador terceirizado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência ao término do período aquisitivo, não se aplicando essa disposição ao período aquisitivo encerrado nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato;

6.3) enviar à fiscalização do contrato, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o relatório de programação das férias dos trabalhadores alocados à prestação do serviço, observados os prazos do **item 6.2**, a partir do segundo mês da execução contratual;

6.3.1) o relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto, e informações sobre as férias, conforme alínea a, item 10.1, do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;

6.3.2) as informações sobre as férias deverão incluir: as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já esteja programada; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver;

6.3.3) o planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, de acordo com o art. 8º e seus §§ 1º e 2º IN SEGES/MGI n.º 213/2025;

7) assegurar aos trabalhadores a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, conforme disciplinado neste Termo de Referência;

8) abonar as ausências justificadas dos trabalhadores previstas no inciso XII do artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (até três dias de ausência ao serviço, em cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer), as quais não deverão ser compensadas, mas precisarão ser devidamente comprovadas junto ao empregador.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

b) atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, devendo ainda:

- 1) apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do respectivo Contrato, ou da admissão de nova(o) empregada(o), a relação identificada das respectivas contas-salário;
- 2) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), a emissão do Cartão Cidadão, expedido pela CAIXA, para toda(o)s a(o)s empregada(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços;
- 3) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), o acesso de toda(o)s a(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços em tela, via Internet, com a utilização de senha pessoal, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil;
- 4) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, nos termos da legislação vigente, independente do pagamento da fatura mensal pelo CONTRATANTE;
- 5) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
- 6) realizar o pagamento mensal do vale-transporte da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o último dia do mês anterior, em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
- 7) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o prazo fixado na legislação e nas normas coletivas vigentes;
- 8) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s em absoluta observância a todos os percentuais e valores previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
- 9) recolher mensalmente as contribuições previdenciárias e o FGTS da(o)s trabalhadora(e)s nos prazos previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes, e segundo os percentuais e valores fixados na legislação vigente;
- 10) fazer todos os pagamentos de remuneração, 13º salário, férias e verbas rescisórias por meio de depósito bancário na conta da(o) trabalhadora(trabalhador) beneficiária(o);



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- 11) fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas da(o)s terceirizada(o)s colocada(o)s à disposição do CONTRATANTE;
- 12) orientar e exigir que toda(o)s a(o)s sua(eu)s empregada(o)s forneçam, sempre que solicitado pela Fiscalização, seus extratos de contas do FGTS, PIS e do INSS;
- c) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução do contrato;
- e) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação, devendo ainda:
- 1) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 1.1) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.
- f) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se houver autorização neste termo de referência;
- g) não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, parentes ou afins, até o 3º grau, durante a vigência do contrato.
- h) cumprir os requisitos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação previstos neste Termo de Referência e na legislação própria;
- i) observar as diretrizes previstas em normas técnicas aplicadas ao objeto deste Termo de Referência, quando couber;
- j) cumprir, e fazer cumprir por seus prepostos e colaboradores, o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia;
- k) diligenciar para que seus empregados cumpram as normas internas do TRE-BA;
- l) prestar os serviços com o máximo de esmero, de modo regular, consoante as especificações deste Termo de Referência, alocando todo o pessoal necessário ao cumprimento das obrigações assumidas;
- m) iniciar os serviços no prazo pactuado;
- n) comprovar a qualificação mínima exigida para os funcionários, conforme especificado neste Termo de Referência;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- o) manter preposto no local da prestação dos serviços, podendo a escolha recair sobre o(a) Coordenador(a) Administrativo(a) que estiver prestando o serviço nas dependências do contratante;
- p) zelar pela conservação e bom funcionamento dos equipamentos de propriedade do TRE-BA utilizados nos serviços, dando ciência de eventuais avarias;
- q) manter quadro de pessoal suficiente e com a devida qualificação profissional prevista neste Termo de Referência, para atendimento dos serviços, de modo que NÃO ocorra interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- r) substituir, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do recebimento da notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais ou incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- t) submeter à Contratante, previamente, a relação nominal dos empregados em atividade no local de prestação dos serviços;
- u) Fornecer uniformes e crachá aos empregados envolvidos na prestação dos serviços, em quantidade suficiente, de acordo com a descrição apresentada neste Termo de Referência. Durante o horário dos trabalhos, tanto na sede deste Tribunal quanto nos postos de atendimento, os empregados deverão permanecer identificados através de crachá funcional;
- v) zelar pela higienização de seus profissionais, fornecendo os uniformes no início da execução dos serviços e a sua substituição sempre que necessário;
- w) fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa na prestação dos serviços, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança;
- x) fornecer ao fiscal do contrato, a qualquer momento, todas as informações de interesse do contratante, por ele consideradas necessárias, atendendo prontamente às suas solicitações;
- y) reunir-se, sempre que necessário, com os responsáveis pela gestão do Contrato para tratar de assuntos pertinentes à contratação;
- z) orientar e treinar seus empregados quanto ao uso racional de recursos como água, energia e materiais de consumo, bem como ao descarte ambientalmente correto de resíduos oriundos da prestação dos serviços;
- aa) providenciar, em caso de greve ou quaisquer outras formas de paralisação do sistema de transporte público, o deslocamento dos empregados ao serviço e seu retorno à residência;
- bb) manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não irá transferir à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar

cc) efetuar o pagamento dos funcionários impreterivelmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

dd) fornecer a alimentação e o transporte dos empregados, consoante estabelecido neste Termo de Referência;

ee) apresentar comprovante do pagamento de férias aos empregados, 1 (um) dia antes do gozo desse direito;

ff) exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários, devendo substituí-los em suas ausências, sob pena de ter os valores descontados do pagamento mensal;

gg) encaminhar os registros de frequência dos funcionários, mensalmente, ao Contratante e mantê-los em local de fácil acesso para fiscalização externa e interna, responsabilizando-se, ainda, pela aquisição, instalação e manutenção do equipamento pertinente, se for o caso;

hh) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros, que vier a tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, devendo orientar seus empregados sobre essa proibição;

ii) apresentar a documentação descrita no **item 6.10.3.4 e seus subitens e item 6.10.3.5** deste Termo de Referência, nos prazos estipulados, atentando-se ainda para:

1) apresentar a nota fiscal/fatura, bem como os demais documentos exigidos para a liquidação e pagamento, referente à prestação dos serviços do mês imediatamente anterior, ao fiscal da Contratante, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

jj) reservar no mínimo **50% (cinquenta por cento)** das vagas deste Contrato para as mulheres, destinando no mínimo **5% (cinco por cento)** dessas vagas de participação feminina para as mulheres incluídas em situação de vulnerabilidade econômico-social, atendida a qualificação profissional necessária, conforme abaixo:

1) pelo menos 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do total de vagas reservadas deverão ser destinados a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar;

2) os outros 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) das vagas reservadas deverão ser preenchidas por:

I - mulheres trans e travestis;

II - migrantes e refugiadas;

III - mulheres em situação de rua;

IV - mulheres egressas do sistema prisional; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- V - mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.
- 3) as vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas;
  - 4) o percentual mínimo de mão de obra estabelecido na alínea “v” deverá ser mantido durante toda a execução contratual.
  - 5) a Contratada deverá formalizar, perante à(s) entidade(s) Conveniada(s) deste Tribunal a solicitação de fornecimento de relação nominal das mulheres em estado de vulnerabilidade, que atendam aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência anexo a este Contrato.
  - 6) a Contratada ficará liberada da obrigação, caso a(s) entidade(s) Conveniada(s) da Contratante não apresente(m) a relação nominal ou emita(m) declaração de que não dispõe(m) de trabalhadoras que atendam aos requisitos mínimos previstos no Termo de Referência.
  - 7) a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto na alínea “v”.
  - 8) previamente ao início da execução do objeto contratual, a Contratada deverá enviar relação com o quantitativo das trabalhadoras contratadas com base nas situações de vulnerabilidade acima apontadas, mantida a identidade delas sob sigilo, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício de suas funções.
- kk) disponibilizar 1 (um) aparelho celular para o(a) Coordenador(a) Administrativo(a);
- ll) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como de redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- mm) apresentar à Fiscalização do Contrato, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados na notificação formal deste Tribunal, relação de seus empregados e empregadas alocados na prestação dos serviços com os dados pessoais exigidos nas disposições da **Resolução n. 587, de 04/10/2024, do Conselho Nacional de Justiça**, relativos à raça, cor, identidade de gênero, pessoa com deficiência e outros, conforme modelo a ser fornecido pela Contratante, observando as regras de **Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação**, previstas no **Tópico 17** deste Termo de Referência.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

#### **13.1. A Contratante obriga-se a:**

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência;
- d) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- e) notificar a Contratada, formalmente, da ocorrência de quaisquer falhas ocorridas ou detectadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- f) colocar à disposição dos profissionais da Contratada local para guarda dos uniformes e outros pertences dos funcionários;
- g) permitir o livre acesso dos profissionais da Contratada para execução dos serviços;
- h) prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada ou por seus empregados;
- i) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- j) requerer, para fins de fiscalização, em prazo fixado ou quando entender conveniente, a prova do cumprimento de quaisquer das obrigações da Contratada, mediante, por exemplo, a apresentação de carteiras de trabalho com os registros pertinentes, recibos de comprovação de pagamento de férias, entre outros.

#### **14. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES**

**14.1** A Administração poderá aplicar à Contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente o início da execução dos serviços ou a conclusão destes – 2%, sobre o valor do serviço, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;
- b) atrasar a substituição de profissional que não atenda às necessidades do contrato quanto às qualificações e conhecimentos para desenvolvimento das atividades, após solicitação formal da fiscalização – 1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;
- c) não substituir profissional faltoso, deixando o posto desguarnecido – 1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por ocorrência (dia de trabalho), sem prejuízo da glosa pela não prestação dos serviços;
- d) atrasar o fornecimento de uniformes, crachás e equipamentos de proteção individual (item 4.1.2 deste Termo de Referência) ou sua substituição quando solicitado pelo Contratante – 0,1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

e) deixar de efetuar o pagamento de salários, auxílio alimentação e auxílio transporte nas datas avençadas – 0,2% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias;

f) deixar de efetuar o recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e FGTS nas datas avençadas – 0,1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;

g) utilizar materiais/insumos/equipamentos diversos do quanto especificados neste Termo de Referência, bem como fornecer quantitativos insuficientes para o atendimento das necessidades da Administração – 1 % (um por cento) do valor mensal do contrato, por ocorrência;

i) infringir critério de proteção de dados e de segurança da informação previsto neste Termo de Referência, na Cláusula Décima do contrato e/ou na legislação, sem prejuízo da devida reparação pelos danos causados – 0,25%, sobre o valor total do contrato;

j) inexecução total – 25 % (vinte e cinco por centos) do valor total do contrato e impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos. A inexecução total será declarada quando a Contratada, injustificadamente, não iniciar a prestação dos serviços após dez dias da data prevista.

14.1.1. A inexecução total poderá restar caracterizada quando a Contratada, injustificadamente, não iniciar a prestação dos serviços após dez dias da data regularmente prevista.

14.1.2. A Contratante poderá aplicar à Contratada que der causa à rescisão do contrato a multa de 5% do valor remanescente do ajuste.

14.2. A aplicação das penalidades não isenta a Contratada do cumprimento das obrigações estabelecidas contratualmente nos prazos avençados.

## **15. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**15.1.** Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26º, da Portaria nº 112/2023, do TRE/BA, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

**15.2.** Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**16. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

**16.1.** As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas preferencialmente por meio eletrônico, ou ainda pessoalmente, com confirmação inequívoca do recebimento.

**16.1.1.** Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

**16.1.2.** A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

**17. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**17.1.** Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

**17.2.** A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

**17.3.** O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

**17.4.** Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**17.5.** A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.6.** Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

**17.7.** Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

## **18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO**

**18.1.** Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que é comum no mercado a existência de empresas de pequeno e médio, detentoras de capacidade técnica e financeira para, isoladamente, executarem o objeto em questão.

## **19. SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**ANEXO A**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**  
**INDICADORES DE DESEMPENHO**

**TABELA I**

<b>Indicadores de Desempenho</b>	
<b>Indicador nº 1 – Qualidade serviços prestados</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
Finalidade	Garantir que a prestação dos serviços se dê de forma regular, plena e eficiente e que os profissionais alocados nos postos de trabalho demonstrem urbanidade e cortesia no trato com os servidores e o público em geral.
Meta a cumprir	100% dos serviços, sem ocorrências que estejam na esfera de controle da Contratada.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo da Tabela II.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações apontadas como indicadores, conforme perspectiva da Contratante, para posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências mensal refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou a glosa pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data estabelecida para o início da execução dos serviços.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Faixas de ajuste no pagamento	0 a 10 ocorrências: 100% da meta = 100% do valor da fatura mensal;
	11 a 15 ocorrências: 98% da meta = 98% do valor da fatura mensal;
	16 a 20 ocorrências: 95% da meta = 95% do valor da fatura mensal;
	21 a 30 ocorrências: 90% da meta = 90% do valor da fatura mensal.
Sanção	A existência de mais de 30 (trinta) ocorrências, <b>em um mesmo trimestre</b> , faculta à Contratante a rescisão unilateral do ajuste, com as consequências dela decorrentes.

Indicador nº 2 – Entrega e utilização de uniformes, EPI e crachás	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento às exigências específicas relacionadas ao fornecimento e uso de uniformes, EPI e à identificação do empregado mediante uso do crachá.
Meta a cumprir	100% dos serviços, sem ocorrências que estejam na esfera de controle da Contratada.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo da Tabela II.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações apontadas como indicadores, conforme perspectiva da Contratante, para posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências mensal refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou a glosa pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data estabelecida para o início da execução dos serviços.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Faixas de ajuste no pagamento	0 a 3 ocorrências: 100% da meta = 100% do valor da fatura mensal;
	4 a 6 ocorrências: 98% da meta = 98% do valor da fatura mensal;
	Acima de 6 ocorrências: 95% da meta = 95% do valor da fatura mensal.
Sanção	Prevista no tópico 14 deste Termo de Referência.

Indicador nº 3 – Ausência de colaboradores	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que a substituição dos profissionais titulares ausentes, necessária para evitar interrupção dos serviços, ocorra no prazo previsto no contrato.
Meta a cumprir	100% dos serviços, sem ocorrências que estejam na esfera de controle da Contratada.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo da Tabela II.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações apontadas como indicadores, conforme perspectiva da Contratante, para posterior lançamento do resultado na planilha de controle.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências mensal refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou a glosa pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data estabelecida para o início da execução dos serviços.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Faixas de ajuste no pagamento	Sem ausência: 100% da meta = 100% do valor da fatura mensal;
	Deixar posto descoberto em até 2 dias no mês: 98% da meta = 98% do valor da fatura mensal;
	Deixar posto descoberto em de 3 a 5 dias no mês: 95% da meta = 95% do valor da fatura mensal;
	Deixar posto descoberto em de 6 a 10 dias no mês: 93% da meta = 93% do valor da fatura mensal;
	Acima de 10 dias: 90% da meta = 90% do valor da fatura mensal.
Sanção	Prevista no tópico 14 deste Termo de Referência.

**TABELA II**

AVALIAÇÃO MÊS: / UNIDADE:		
ITEM	DESCRIÇÃO	Nº de ocorrência mensais
1		
2		
<b>TOTAL</b>		

,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO (S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

QUADRO-RESUMO – VALOR TOTAL ESTIMADO

postos regulares –  
valor anual

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor anual
1	Auxiliar Técnico Operacional	5.566,93	2	11.133,86	133.606,32
2	Coordenador(a) Administrativo(a)	5.333,87	1	5.333,87	64.006,44
3	Copeiro(a)	4.048,68	3	12.146,04	145.752,48
4	Garçom/garçonete	4.547,57	3	13.642,71	163.712,52
5	Maître	6.090,00	1	6.090,00	73.080,00
6	Mensageiro(a)	4.153,06	2	8.306,12	99.673,44
7	Recepcionista I	4.059,84	6	24.359,04	292.308,48
8	Recepcionista III	4.409,27	3	13.227,81	158.733,72
9	Recepcionista IV	4.911,61	7	34.381,27	412.575,24
					1.543.448,64



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**acréscimo de postos  
em ano eleitoral**

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor total (até 120 dias)
10	Copeiro(a) - acréscimo em ano eleitoral	4.074,41	2	8.148,82	32.595,28
11	Garçom/garçonete - acréscimo em ano eleitoral	4.548,02	2	9.096,04	36.384,16
12	Mensageiro(a) - acréscimo em ano eleitoral	4.164,76	1	4.164,76	16.659,04
13	Recepcionista I - acréscimo em ano eleitoral	4.076,26	2	8.152,52	32.610,08
14	Recepcionista III - acréscimo em ano eleitoral	4.407,98	2	8.815,96	35.263,84
					153.512,40

**total estimado da  
contratação  
ano não eleitoral**

**ano  
eleitoral**

postos regulares	1.543.448,64	postos regulares	1.543.448,64
acréscimo de postos	-	acréscimo de postos	153.512,40
horas extras	5.667,40	horas extras	155.927,12
diárias	7.765,20	diárias	15.530,40
total [A]	1.556.881,24	total [B]	1.868.418,56
<b>valor total da contratação (para o prazo de 24 meses)</b>			<b>[A] + [B] = 3.425.299,80</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
Seção de Licitações

**Observação:** informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor pela Administração, a qual não será de uso obrigatório pelas licitantes:

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025 /2026(ANO)**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: BA000817/2024**

**DATA DO REGISTRO: 03/12/2024**

**SINDICATO PATRONAL:** Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação (SEAC)

**SINDICATO DOS EMPREGADOS:** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Limpeza Urbana e Terceirizados (SINDILIMP)

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

**Identificação do Serviço**

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Garçom/garçonete - acréscimo em ano eleitoral</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>2</b>

**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Garçom/garçonete
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5134-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.798,06
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.798,06
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>1.798,06</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	149,77
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	199,76
<b>Total</b>		<b>19,44%</b>	<b>349,53</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	429,51
B	Salário Educação	2,50%	53,68
C	SAT	3,00%	64,42
D	SESC ou SESI	1,50%	32,21
E	SENAI - SENAC	1,00%	21,47
F	SEBRAE	0,60%	12,88
G	INCRA	0,20%	4,29
H	FGTS	8,00%	171,80
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>790,26</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	138,52
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	352,00
C	Assistência Médica	280,00
D	Assistência Odontológica	





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

		23,00
E	Seguro de Vida	4,80
<b>Total</b>		<b>798,32</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	349,53
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	790,26
2.3	Benefícios Mensais e Diários	798,32
<b>Total</b>		<b>1.938,11</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	-
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	-
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
Total			-

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	20,54



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
<b>Total</b>			<b>20,54</b>

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intraornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		<b>-</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	20,54
4.2	Substituto na Intraornada	-
<b>Total</b>		<b>20,54</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	197,81
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>197,81</b>

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	2,00%	79,09



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

B	Lucro	3,00%	121,01
C	Tributos	8,65%	393,40
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	29,56
	C.1.B. COFINS	3,00%	136,44
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	227,40
<b>Total</b>		<b>15,01%</b>	<b>593,50</b>

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.798,06
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.938,11
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	20,54
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	197,81
<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>		<b>3.954,52</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	593,50
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>4.548,02</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
Seção de Licitações

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Mensageiro(a) - acréscimo em ano eleitoral	posto de serviço	1

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Mensageiro(a)
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4122-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.593,19
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.593,19
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		1.593,19

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 132,71
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 177,00
Total		19,44% 309,71



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	380,58
B	Salário Educação	2,50%	47,57
C	SAT	3,00%	57,08
D	SESC ou SESI	1,50%	28,54
E	SENAI - SENAC	1,00%	19,02
F	SEBRAE	0,60%	11,41
G	INCRA	0,20%	3,80
H	FGTS	8,00%	152,23
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>700,23</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	150,81
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	352,00
C	Assistência Médica	280,00
D	Assistência Odontológica	23,00
E	Seguro de Vida	4,80
<b>Total</b>		<b>810,61</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	309,71
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	700,23



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	810,61
<b>Total</b>		<b>1.820,55</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	-
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	-
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
<b>Total</b>			<b>-</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	18,77
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
<b>Total</b>			<b>18,77</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intrajornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	18,77
4.2	Substituto na Intrajornada	-
<b>Total</b>		<b>18,77</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	188,76
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>188,76</b>

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	2,00%	72,43
B	Lucro	3,00%	110,81
C	Tributos	8,65%	360,25
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	27,07
	C.1.B. COFINS	3,00%	124,94
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

			-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	208,24
<b>Total</b>		<b>15,01%</b>	<b>543,49</b>

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.593,19
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.820,55
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	18,77
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	188,76
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>3.621,27</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	543,49
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>4.164,76</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Identificação do Serviço**

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
<b>Recepcionista I - acréscimo em ano eleitoral</b>	<b>posto de serviço</b>	<b>2</b>

**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Recepcionista I
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4221-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.544,58
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

**Módulo 1 - Composição da Remuneração**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	1.544,58
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>1.544,58</b>

**Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**

**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 128,66
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 171,60
<b>Total</b>		<b>19,44% 300,26</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	368,96
B	Salário Educação	2,50%	46,12
C	SAT	3,00%	55,34
D	SESC ou SESI	1,50%	27,67
E	SENAI - SENAC	1,00%	18,44
F	SEBRAE	0,60%	11,06
G	INCRA	0,20%	3,68
H	FGTS	8,00%	147,58
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>678,85</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	153,73
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	352,00
C	Assistência Médica	280,00
D	Assistência Odontológica	23,00
E	Seguro de Vida	4,80
<b>Total</b>		<b>813,53</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	300,26
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

		678,85
2.3	Benefícios Mensais e Diários	813,53
<b>Total</b>		<b>1.792,64</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	-
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	-
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
<b>Total</b>			<b>-</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	18,35
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
<b>Total</b>			<b>18,35</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		-

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	18,35
4.2	Substituto na Intra jornada	-
<b>Total</b>		<b>18,35</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	188,76
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>188,76</b>

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	2,00%	70,89
B	Lucro	3,00%	108,46
C	Tributos	8,65%	352,60
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	26,50
	C.1.B. COFINS	3,00%	122,29
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

			-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	203,81
<b>Total</b>		<b>15,01%</b>	<b>531,94</b>

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.544,58
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.792,64
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	18,35
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	188,76
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>3.544,33</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	531,94
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>4.076,26</b>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
Seção de Licitações

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Recepcionista III - acréscimo em ano eleitoral	posto de serviço	2

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Recepcionista III
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4221-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.726,82
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.726,82
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		1.726,82

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 143,84
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 191,84
Total		19,44% 335,68





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	412,50
B	Salário Educação	2,50%	51,56
C	SAT	3,00%	61,87
D	SESC ou Sesi	1,50%	30,93
E	SENAI - SENAC	1,00%	20,62
F	SEBRAE	0,60%	12,37
G	INCRA	0,20%	4,12
H	FGTS	8,00%	165,00
<b>Total</b>		<b>36,80%</b>	<b>758,97</b>

**Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.**

<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Transporte	142,79
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	352,00
C	Assistência Médica	280,00
D	Assistência Odontológica	23,00
E	Seguro de Vida	4,80
<b>Total</b>		<b>802,59</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	335,68
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	758,97



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

2.3	Benefícios Mensais e Diários	802,59
<b>Total</b>		<b>1.897,24</b>

**Módulo 3 - Provisão para Rescisão**

<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	-
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	-
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
<b>Total</b>			<b>-</b>

**Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

<b>4.1</b>	<b>Substituto nas Ausências Legais</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	19,93
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
<b>Total</b>			<b>19,93</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada**

<b>4.2</b>	<b>Substituto na Intra jornada</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
<b>Total</b>		<b>-</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Substituto nas Ausências Legais	19,93
4.2	Substituto na Intra jornada	-
<b>Total</b>		<b>19,93</b>

**Módulo 5 - Insumos Diversos**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Uniformes	188,76
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
<b>Total</b>		<b>188,76</b>

**Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro**

<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>Percentual (%)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Custos Indiretos	2,00%	76,66
B	Lucro	3,00%	117,28
C	Tributos	8,65%	381,29
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	28,65
	C.1.B. COFINS	3,00%	132,24
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

			-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	220,40
<b>Total</b>		<b>15,01%</b>	<b>575,23</b>

**2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	<b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.726,82
<b>B</b>	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.897,24
<b>C</b>	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
<b>D</b>	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	19,93
<b>E</b>	Módulo 5 - Insumos Diversos	188,76
<b>Subtotal (A + B +C+ D + E)</b>		<b>3.832,75</b>
<b>F</b>	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	575,23
<b>Valor Total por Empregado</b>		<b>4.407,98</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Onde:																		
vhe = valor da hora extra																		
rem = remuneração																		
d = divisor, de acordo com a jornada mensal prevista na CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista																		
13fa = incidência sobre 13º salário, férias e adicional																		
es = encargos sociais relativos ao módulo 2.2 da planilha de custos e formação de preços																		
i = índice referente ao acréscimo legal sobre a hora normal, previsto na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho - CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista																		
ci = custos indiretos																		
ℓ = lucro																		
t = tributos incidentes sobre o faturamento																		
Valores Referenciais																		
posto	Auxiliar Técnico Operacional		Coordenador(a) Administrativo(a)		Copeiro(a)		Garçom/garçonete		Maître		Mensageiro(a)		Recepcionista I		Recepcionista III		Recepcionista IV	
rem	2.330,61		2.209,06		1.537,83		1.798,06		2.592,29		1.593,19		1.544,58		1.726,82		1.988,81	
rem/hora	200	11,65	200	11,05	200	7,69	200	8,99	200	12,96	200	7,97	200	7,72	200	8,63	200	9,94
13fa	19,44%	2,26	19,44%	2,15	19,44%	1,49	19,44%	1,75	19,44%	2,52	19,44%	1,55	19,44%	1,50	19,44%	1,68	19,44%	1,93
subtotal 1	13,91		13,20		9,18		10,74		15,48		9,52		9,22		10,31		11,87	
es	36,80%	5,12	36,80%	4,86	36,80%	3,38	36,80%	3,95	36,80%	5,70	36,80%	3,50	36,80%	3,39	36,80%	3,79	36,80%	4,37
subtotal 2	19,03		18,06		12,56		14,69		21,18		13,02		12,61		14,10		16,24	
ci, ℓ, t	15,01%	2,86	15,01%	2,71	15,01%	1,89	15,01%	2,20	15,01%	3,18	15,01%	1,95	15,01%	1,89	15,01%	2,12	15,01%	2,44
custo hora normal	21,89		20,77		14,45		16,89		24,36		14,97		14,50		16,22		18,68	
he dias úteis	50%	32,84	50%	31,16	50%	21,68	50%	25,34	50%	36,54	50%	22,46	50%	21,75	50%	24,33	50%	28,02
he dom-fer	100%	43,78	100%	41,54	100%	28,90	100%	33,78	100%	48,72	100%	29,94	100%	29,00	100%	32,44	100%	37,36



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Ano Não Eleitoral																		
posto	Auxiliar Técnico Operacional		Coordenador(a) Administrativo(a)		Copeiro(a)		Garçom/garçonete		Maitre		Mensageiro(a)		Recepcionista I		Recepcionista III		Recepcionista IV	
dias úteis	10	328,40	10	311,60	20	433,60	10	253,40	10	365,40	4	89,84	10	217,50	10	243,30	10	280,20
sábados	6	197,04	6	186,96	6	130,08	6	152,04	6	219,24	6	134,76	6	130,50	6	145,98	6	168,12
domingos e feriados	4	175,12	4	166,16	4	115,60	2	67,56	4	194,88	2	59,88	2	58,00	4	129,76	4	149,44
total horas extras		700,56		664,72		679,28		473,00		779,52		284,48		406,00		519,04		597,76
Transporte (vt)																		
valor unitário		5,60		5,60		5,60		5,60		5,60		5,60		5,60		5,60		5,60
por dia	2	11,20	2	11,20	2	11,20	2	11,20	2	11,20	2	11,20	2	11,20	2	11,20	2	11,20
ci, f, t	15,01%	1,68	15,01%	1,68	15,01%	1,68	15,01%	1,68	15,01%	1,68	15,01%	1,68	15,01%	1,68	15,01%	1,68	15,01%	1,68
custo vt/dia		12,88		12,88		12,88		12,88		12,88		12,88		12,88		12,88		12,88
sábados	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88
domingos e feriados	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88	1	12,88
total vt com he		25,76		25,76		25,76		25,76		25,76		25,76		25,76		25,76		25,76
Alimentação (va)																		
valor unitário		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00
ci, f, t	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40
custo va/dia		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40
sábados	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40
domingos e feriados	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40	1	18,40
total va com he		36,80		36,80		36,80		36,80		36,80		36,80		36,80		36,80		36,80

Ano Eleitoral																		
posto	Auxiliar Técnico Operacional		Coordenador(a) Administrativo(a)		Copeiro(a)		Garçom/garçonete		Maitre		Mensageiro(a)		Recepcionista I		Recepcionista III		Recepcionista IV	
dias úteis	260	4.784,00	260	4.784,00	280	5.152,00	260	4.784,00	260	4.784,00	260	4.784,00	260	4.784,00	260	4.784,00	260	4.784,00
sábados	190	3.496,00	190	3.496,00	200	3.680,00	190	3.496,00	190	3.496,00	190	3.496,00	190	3.496,00	190	3.496,00	190	3.496,00
domingos e feriados	190	6.992,00	190	6.992,00	200	7.360,00	190	6.992,00	190	6.992,00	190	6.992,00	190	6.992,00	190	6.992,00	190	6.992,00
total horas extras		15.272,00		15.272,00		16.192,00		15.272,00		15.272,00		15.272,00		15.272,00		15.272,00		15.272,00
Transporte (vt)																		
valor unitário		5,60		6,60		7,60		8,60		9,60		10,60		11,60		12,60		13,60
por dia	2	11,20	2	13,20	2	15,20	2	17,20	2	19,20	2	21,20	2	23,20	2	25,20	2	27,20
ci, f, t	15,01%	1,68	15,01%	1,98	15,01%	2,28	15,01%	2,58	15,01%	2,88	15,01%	3,18	15,01%	3,48	15,01%	3,78	15,01%	4,08
custo vt/dia		12,88		15,18		17,48		19,78		22,08		24,38		26,68		28,98		31,28
sábados	24	309,12	24	364,32	25	437,00	24	474,72	24	529,92	24	585,12	24	640,32	24	695,52	24	750,72
domingos e feriados	24	309,12	24	364,32	25	437,00	24	474,72	24	529,92	24	585,12	24	640,32	24	695,52	24	750,72
total vt com he		618,24		728,64		874,00		949,44		1.059,84		1.170,24		1.280,64		1.391,04		1.501,44
Alimentação (va)																		
valor unitário		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00		16,00
ci, f, t	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40	15,01%	2,40
custo va/dia		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40		18,40
sábados	24	441,60	24	441,60	25	460,00	24	441,60	24	441,60	24	441,60	24	441,60	24	441,60	24	441,60
domingos e feriados	24	441,60	24	441,60	25	460,00	24	441,60	24	441,60	24	441,60	24	441,60	24	441,60	24	441,60
total va com he		883,20		883,20		920,00		883,20		883,20		883,20		883,20		883,20		883,20



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Resumo																		
posto	Auxiliar Técnico Operacional		Coordenador(a) Administrativo(a)		Copeiro(a)		Garçom/garçonete		Maître		Mensageiro(a)		Recepcionista I		Recepcionista III		Recepcionista IV	
Ano Não Eleitoral	he	700,56	he	664,72	he	679,28	he	473,00	he	779,52	he	284,48	he	406,00	he	519,04	he	597,76
5.667,40	vt	25,76	vt	25,76	vt	25,76	vt	25,76	vt	25,76	vt	25,76	vt	25,76	vt	25,76	vt	25,76
	va	36,80	va	36,80	va	36,80	va	36,80	va	36,80	va	36,80	va	36,80	va	36,80	va	36,80
	total	763,12	total	727,28	total	741,84	total	535,56	total	842,08	total	347,04	total	468,56	total	581,60	total	660,32
Ano Eleitoral	he	15.272,00	he	15.272,00	he	16.192,00	he	15.272,00	he	15.272,00	he	15.272,00	he	15.272,00	he	15.272,00	he	15.272,00
155.927,12	vt	618,24	vt	728,64	vt	874,00	vt	949,44	vt	1.059,84	vt	1.170,24	vt	1.280,64	vt	1.391,04	vt	1.501,44
	va	883,20	va	883,20	va	920,00	va	883,20	va	883,20	va	883,20	va	883,20	va	883,20	va	883,20
	total	16.773,44	total	16.883,84	total	17.986,00	total	17.104,64	total	17.215,04	total	17.325,44	total	17.435,84	total	17.546,24	total	17.656,64

**Deslocamentos - tópico 4.8.4 do Termo de Referência**

valor unitário		180,00
desconto vale transporte		- 11,20
subtotal		168,80
custos inditets, lucro e tributos	15,01%	25,33
custo unitário com diária		194,13
ano não eleitoral	40	7.765,20
ano eleitoral	80	15.530,40





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025

ANEXO III

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

FIRMA OU DENOMINAÇÃO: .....

CNPJ/MF N.º: .....

ENDEREÇO: .....

TEL.: ..... MUNICÍPIO: ..... E-MAIL: .....

**Serviços de XXXXXXXXXXXXXXXX**

	N.º Processo	
	Licitação N.º	

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

**Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Número de meses de execução contratual	



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Identificação do Serviço**

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

**Mão de obra**

**Mão de obra vinculada à execução contratual**

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Salário-Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
	<b>Total da Remuneração</b>	

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao **valor mensal devido ao empregado** pela prestação do serviço.

**MÓDULO 2: - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**

<b>Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias</b>		<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	13 (Décimo-terceiro) salário		
<b>B</b>	Férias e Adicional de Férias		
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.1</b>			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável **(incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

<b>Submódulo 2.2 - GPS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.</b>		<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	INSS		
<b>B</b>	Salário Educação		
<b>C</b>	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)		
<b>D</b>	SESC ou SESI		
<b>E</b>	SENAI - SENAC		
<b>F</b>	SEBRAE		
<b>G</b>	INCRA		
<b>H</b>	FGTS		
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.2</b>			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

<b>Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários</b>			<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Transporte	-	
<b>B</b>	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	
<b>C</b>	Assistência Médica e Familiar	-	
<b>D</b>	Assistência Odontológica		
<b>E</b>	Seguro de vida		
<b>F</b>	Outros (especificar)	-	
<b>TOTAL SUBMÓDULO 2.3</b>			

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

<b>QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>		
<b>Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários</b>		<b>Valor (R\$)</b>
<b>2.1</b>	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
<b>2.2</b>	GPS, FGTS e Outras Contribuições	
<b>2.3</b>	Benefícios Mensais e Diários	
<b>TOTAL DO MÓDULO 2</b>		

<b>MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO</b> <b>(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)</b>			
<b>3</b>	<b>PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Aviso Prévio Indenizado		
<b>B</b>	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
<b>C</b>	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
<b>D</b>	Aviso Prévio Trabalhado		
<b>E</b>	Incidência GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado		
<b>F</b>	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.		
<b>TOTAL DO MÓDULO 3</b>			

**MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

**Nota 1:** Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

<b>Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais</b>		<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Substituto na cobertura de Férias		
<b>B</b>	Substituto na cobertura de Ausências Legais		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

<b>C</b>	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		
<b>D</b>	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
<b>E</b>	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
<b>F</b>	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			

<b>Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada</b> <b>(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)</b>		<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação		
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>			

<b>QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4</b> <b>CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b> <b>(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)</b>		
<b>Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>		<b>VALOR (R\$)</b>
<b>4.1</b>	Substituto nas Ausências Legais	
<b>4.2</b>	Substituto na Intra jornada	
<b>TOTAL DO MÓDULO 4</b>		

**MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS**

<b>MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS</b>			
<b>5</b>	<b>INSUMOS DIVERSOS</b>		<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Uniformes	-	
<b>B</b>	Materiais	-	
<b>C</b>	Equipamentos	-	
<b>D</b>	EPI	-	
<b>F</b>	Outros (Especificar)		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

<b>TOTAL DO MÓDULO 5</b>	-	
--------------------------	---	--

Nota: Valores mensais por empregado.

<b>MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
<b>6</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>A</b>	Custos Indiretos		
<b>B</b>	Lucro		
<b>C</b>	<b>TRIBUTOS</b>		
<b>C.1</b>	Tributos Federais (especificar)		
<b>C.2</b>	Tributos Estaduais (especificar)		
<b>C.3</b>	Tributos Municipais (especificar)		
<b>TOTAL DO MÓDULO 6</b>			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>		
<b>Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	
	<b>Subtotal (A + B + C + D + E)</b>	
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
<b>Valor Total por Empregado</b>		
<b>Preço Total do Posto</b>		





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
Seção de Licitações

**QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS**

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
...	Serviço .. (indicar)	R\$		R\$		R\$
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)						

**QUADRO-RESUMO – VALOR TOTAL ESTIMADO**

**postos regulares –  
valor anual**

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor anual
1	Auxiliar Técnico Operacional		2		
2	Coordenador(a) Administrativo(a)		1		
3	Copeiro(a)		3		
4	Garçom/garçonete		3		
5	Maître		1		
6	Mensageiro(a)		2		
7	Recepcionista I		6		
8	Recepcionista III		3		
9	Recepcionista IV				



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**acréscimo de postos  
em ano eleitoral**

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor total (até 120 dias)
10	Copeiro(a) - acréscimo em ano eleitoral		2		
11	Garçom/garçonete - acréscimo em ano eleitoral		2		
12	Mensageiro(a) - acréscimo em ano eleitoral		1		
13	Recepcionista I - acréscimo em ano eleitoral		2		
14	Recepcionista III - acréscimo em ano eleitoral		2		

**total estimado da  
contratação  
ano não eleitoral**

**ano  
eleitoral**

postos regulares		postos regulares	
acréscimo de postos		acréscimo de postos	
horas extras		horas extras	
diárias		diárias	
total [A]		total [B]	
<b>valor total da contratação (para o prazo de 24 meses)</b>			<b>[A] + [B] =</b>

1. A Estrutura da Planilha de Custos tem como parâmetro o modelo estabelecido na Planilha constante do Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 (**com alterações da Instrução Normativa nº 7, de 2018**) e exclusão das rubricas IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) conforme Acórdão nº 950/2007 – TCU.
2. As planilhas de custos devem ser elaboradas pela licitante em conformidade com a sua realidade, com a legislação vigente e com o previsto neste edital;
3. Deverá ser elaborada uma planilha de custos, observando-se o quanto disposto na Seção X do Edital.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

4. Os Encargos Sociais e os tributos (ISS, COFINS e PIS) devem ser informados com base no regime de tributação ao qual a licitante estará submetida durante a execução do contrato. No caso específico de itens Estimativos, estes devem ser definidos com base na realidade da empresa.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

---

Representante legal da empresa



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA RESIDENTE, COMPREENDENDO COPA E COZINHA, MENSAGEIRO(A), AUXILIAR TÉCNICO OPERACIONAL E RECEPÇÃO, PARA ATENDIMENTO AOS CLIENTES INTERNOS E EXTERNOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, EA EMPRESA \_\_\_\_\_

CONTRATO N.º 00/20XX

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, ..... no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, telefone n.º (XX) XXXXXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. XXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos autos, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA RESIDENTE, COMPREENDENDO COPA E COZINHA, MENSAGEIRO(A), AUXILIAR TÉCNICO OPERACIONAL E RECEPÇÃO, PARA ATENDIMENTO AOS CLIENTES INTERNOS E EXTERNOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, albergado na Lei n.º 14.133/2021, resultante do Pregão n.º 90007/2025, consoante Processo (SEI) n.º 0002024-39.2025.6.05.8000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme as condições estabelecidas no Edital de **Pregão n.º 90007/2025** e na proposta firmada pela Contratada.

2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1. o Termo de Referência;
- 2.2. o Edital da Licitação;
- 2.3. a Proposta da Contratada;
- 2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL**

1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$ .....**, incluindo todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços.

2. O Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$ .....  
(.....), conforme discriminação a seguir.

**postos regulares – valor anual**

item	Especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor anual
1	Auxiliar Técnico Operacional		2		
2	Coordenador(a) Administrativo(a)		1		
3	Copeiro(a)		3		
4	Garçom/garçonete		3		
5	Maître		1		
6	Mensageiro(a)		2		
7	Recepcionista I		6		
8	Recepcionista III		3		
9	Recepcionista IV		7		

**Acréscimo de postos em ano eleitoral:**

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor total (até 120 dias)
10	Copeiro(a) - acréscimo em ano eleitoral		2		
11	Garçom/garçonete - acréscimo em ano eleitoral		2		
12	Mensageiro(a) - acréscimo em ano eleitoral		1		



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

13	Recepcionista I - acréscimo em ano eleitoral		2		
14	Recepcionista III - acréscimo em ano eleitoral		2		

**total estimado da contratação**  
**ano não eleitoral**

postos regulares		postos regulares	
acrécimo de postos		acrécimo de postos	
horas extras		horas extras	
diárias		diárias	
total [A]		total [B]	
valor total da contratação (para o prazo de 24 meses)		[A] + [B] =	

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. A despesa correrá à conta do elemento **xxxx. “xxxxxxxxx”**, vinculado à Ação **xxxxxxxxx – “xxxxxxxxx”**, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º **20XXNEXXXX**, em **xx** de **xxxxxxxxxxxxx** de 20XX.

**CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E GESTÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução do serviço, incluindo os prazos e condições de **conclusão, entrega e recebimento do objeto**, constam no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.
2. Será exigida garantia de execução de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com as regras constantes do Termo de Referência anexo.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

1. A Contratante obriga-se a:
  - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
  - b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes do instrumento contratual e do Termo de Referência;

d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

e) colocar à disposição da contratada local para guarda dos materiais e equipamentos, bem como para a guarda dos uniformes e outros pertences dos empregados;

f) permitir o livre acesso dos empregados da contratada para execução dos serviços;

g) informar a relação de entidades conveniadas por este Tribunal, responsáveis pela política de atenção a mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social, para cumprimento pela Contratada das disposições previstas na alínea “v” da Cláusula Sexta deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente contrato, no termo de referência e na legislação vigente:

a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta, devendo observar, durante toda a execução contratual as garantias trabalhistas, especialmente:

1) cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

2) não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

3) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4) não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

5) receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

6) assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço, devendo adotar os procedimentos definidos pela SEGES/MGI (IN nº 213/2025), especialmente;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

6.1) realizar o planejamento das férias dos trabalhadores terceirizados desde o início do contrato, na forma do disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da IN n.º 213/2025 da SEGES/MGI;

6.2) realizar a programação da fruição das férias de cada colaborador terceirizado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência ao término do período aquisitivo, não se aplicando essa disposição ao período aquisitivo encerrado nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato;

6.3) enviar à fiscalização do contrato, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o relatório de programação das férias dos trabalhadores alocados à prestação do serviço, observados os prazos do **item 6.2**, a partir do segundo mês da execução contratual;

6.3.1) o relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto, e informações sobre as férias, conforme alínea a, item 10.1, do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;

6.3.2) as informações sobre as férias deverão incluir: as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já esteja programada; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver;

6.3.3) o planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, de acordo com o art. 8º e seus §§ 1º e 2º IN SEGES/MGI n.º 213/2025;

7) assegurar aos trabalhadores a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, conforme disciplinado no Termo de Referência;

8) abonar as ausências justificadas dos trabalhadores previstas no inciso XII do artigo 473 da Consolidação das Lei do Trabalho (até três dias de ausência ao serviço, em cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer), as quais não deverão ser compensadas, mas precisarão ser devidamente comprovadas junto ao empregador.

**b)** atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento, devendo ainda:

1) apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do respectivo Contrato, ou da admissão de nova(o) empregada(o), a relação identificada das respectivas contas-salário;

2) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), a emissão do Cartão Cidadão, expedido pela CAIXA, para toda(o)s a(o)s empregada(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- 3) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), o acesso de toda(o)s a(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços em tela, via Internet, com a utilização de senha pessoal, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil;
  - 4) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, nos termos da legislação vigente, independente do pagamento da fatura mensal pelo CONTRATANTE;
  - 5) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
  - 6) realizar o pagamento mensal do vale-transporte da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o último dia do mês anterior, em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
  - 7) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o prazo fixado na legislação e nas normas coletivas vigentes;
  - 8) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s em absoluta observância a todos os percentuais e valores previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;
  - 9) recolher mensalmente as contribuições previdenciárias e o FGTS da(o)s trabalhadora(e)s nos prazos previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes, e segundo os percentuais e valores fixados na legislação vigente;
  - 10) fazer todos os pagamentos de remuneração, 13º salário, férias e verbas rescisórias por meio de depósito bancário na conta da(o) trabalhadora(trabalhador) beneficiária(o);
  - 11) fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas da(o)s terceirizada(o)s colocada(o)s à disposição do CONTRATANTE;
  - 12) orientar e exigir que toda(o)s a(o)s sua(eu)s empregada(o)s forneçam, sempre que solicitado pela Fiscalização, seus extratos de contas do FGTS, PIS e do INSS;
- c) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**d)** responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;

**e)** manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação, devendo ainda:

1) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

1.1) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

**f)** não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, salvo se houver autorização no Termo de Referência (Anexo I do Edital);

**g)** abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;

**h)** abster-se, durante toda a vigência do contrato, de colocar à disposição deste Tribunal, para o exercício de funções de chefia, pessoas que:

1) Cometeram atos de improbidade administrativa;

2) Cometeram crimes:

I – contra a administração pública;

II – contra a incolumidade pública;

III – contra a fé pública;

IV – hediondos;

V – praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

VI – de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

VII – eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

VIII – de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

3) Praticaram atos causadores de perda do cargo ou emprego público;

4) Foram excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatório judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

5) Tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

6) Não se aplica a vedação prevista na alínea “h” quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo, ou ainda, depois de decorrido cinco anos da:

I - extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

II - decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

III - rejeição das contas relativas ao exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

IV - cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

**i)** cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;

**j)** realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados, bem como instruí-los quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

**k)** treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes da Contratante;

**l)** manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;

**m)** registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à Contratante o acesso ao controle de frequência;

**n)** responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da Contratante, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos serviços;

**o)** adotar providências para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;

**p)** efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;

**q)** providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;

**r)** adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo política de separação dos resíduos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940/2006;

s) comprovar, sempre que determinado pela Contratante, o cumprimento das obrigações previstas na norma coletiva que rege a categoria, e a que esteja obrigada, ou na legislação pertinente, observado o disposto nas **condições 10.11 a 10.14 do Edital**,

t) cumprir e fazer cumprir por seus empregados e prepostos o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (Resolução Administrativa nº 3/2017).

u) reservar no mínimo **50% (cinquenta por cento)** das vagas deste Contrato para as mulheres, destinando no mínimo **5% (cinco por cento)** dessas vagas de participação feminina para as mulheres incluídas em situação de vulnerabilidade econômico-social, atendida a qualificação profissional necessária, conforme abaixo:

- 1) pelo menos 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do total de vagas reservadas deverão ser destinados a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar;
- 2) os outros 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) das vagas reservadas deverão ser preenchidas por:
  - I - mulheres trans e travestis;
  - II - migrantes e refugiadas;
  - III - mulheres em situação de rua;
  - IV - mulheres egressas do sistema prisional; e
  - V - mulheres indígenas, campesinas e quilombolas.
- 3) as vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas;
- 4) o percentual mínimo de mão de obra estabelecido na alínea “v” deverá ser mantido durante toda a execução contratual.
- 5) a Contratada deverá formalizar, perante à(s) entidade(s) Conveniada(s) deste Tribunal a solicitação de fornecimento de relação nominal das mulheres em estado de vulnerabilidade, que atendam aos requisitos mínimos exigidos no Termo de Referência anexo a este Contrato.
- 6) a Contratada ficará liberada da obrigação, caso a(s) entidade(s) Conveniada(s) da Contratante não apresente(m) a relação nominal ou emita(m) declaração de que não dispõe(m) de trabalhadoras que atendam aos requisitos mínimos previstos no Termo de Referência.
- 7) a indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para atendimento do objeto contratual não caracteriza descumprimento do disposto na alínea “v”.
- 8) previamente ao início da execução do objeto contratual, a Contratada deverá enviar relação com o quantitativo das trabalhadoras contratadas com base nas situações de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

vulnerabilidade acima apontadas, mantida a identidade delas sob sigilo, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício de suas funções.

v) apresentar à Fiscalização do Contrato, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados na notificação formal deste Tribunal, relação de seus empregados e empregadas alocados na prestação dos serviços com os dados pessoais exigidos nas disposições da **Resolução n. 587, de 04/10/2024, do Conselho Nacional de Justiça**, relativos à raça, cor, identidade de gênero, pessoa com deficiência e outros, conforme modelo a ser fornecido pela Contratante, observando as regras de **Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação**, previstas na **Cláusula Décima Sexta** deste Contrato;

2. Para dar cumprimento ao disposto na alínea “h”, a Contratada deverá apresentar **declaração simplificada**, firmada pelos empregados que exercerão funções de chefia neste Tribunal;

3. A critério da Contratante, poder-se-á exigir, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, que a Contratada apresente Certidões que corroborem o quanto declarado na forma do Item anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

1. Nos termos da Instrução Normativa nº 4/2023 da Diretoria Geral do TRE-BA (**Anexo V do Edital**), os valores das rubricas de encargos trabalhistas, relativos a férias, 1/3 constitucional e 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em **conta-depósito vinculada**, exclusivamente em banco público oficial, bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada, e por contrato, unicamente para essa finalidade, observados os percentuais constantes da tabela a seguir.

<b>RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS</b>	
<b>PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO</b>	
ITEM	
13º (décimo terceiro) salário	8,33%
Férias e 1/3 Constitucional	12,10%
Multa sobre FGTS, sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	<b>4,00 %</b>
Subtotal	<b>24,43%</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39%	7,60%	7,82%
<b>Total</b>	<b>31,82%</b>	<b>32,03%</b>	<b>32,25%</b>

\* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

2. Após a assinatura do contrato e publicação de seu extrato na imprensa oficial, a Contratada será formalmente notificada para adoção das providências referentes à abertura da [conta-depósito vinculada](#) (assinatura dos documentos de abertura da [conta-depósito vinculada](#)), no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da referida notificação.

2.1. Enquanto pendente a abertura da [conta-depósito vinculada](#), os valores referentes às rubricas discriminadas no item 1 desta cláusula serão retidos do pagamento mensal, de modo a possibilitar que o depósito seja realizado após a ativação da conta.

3. A Contratada poderá resgatar da [conta-depósito vinculada](#) os valores despendidos com o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas rubricas indicadas no **item 1**, desde que comprovado que esse pagamento se refere aos empregados que desenvolvam suas atividades para a Justiça Eleitoral.

4. Poderá, ainda, a Contratada, movimentar os recursos da [conta-depósito vinculada](#) diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento das mesmas verbas acima indicadas.

5. Para resgatar os recursos da [conta-depósito vinculada](#), a Contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado o valor correspondente às rubricas em questão.

6. O Tribunal, após conferidos os cálculos e estando regular a documentação apresentada pela Contratada, expedirá autorização à instituição bancária oficial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

7. Quando os valores a serem liberados da [conta-depósito vinculada](#) se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Fiscal Administrativo do Contrato deverá instar a Contratada a requerer a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

8. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a contratada, decidindo-se pela movimentação direta para a conta corrente do empregado, deverá apresentar a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários, no prazo de 10 dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado.
9. Os saldos da conta-depósito serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.
10. A implementação do disposto nesta Seção acarretará acréscimo de eventuais despesas para abertura e manutenção da **conta-depósito vinculada**, que deverão ser suportadas na taxa de administração (custos indiretos) constante na proposta comercial da empresa.
11. Será retido do pagamento mensal devido à Contratada o valor das despesas acima referidas (**item 10**), caso a instituição bancária promova o desconto direto na **conta-depósito vinculada**.

**CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

1. A liquidação da despesa e o pagamento serão efetuados na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA NONA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE**

1. Será admitida a repactuação de preços desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.
2. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional, o interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
  - 2.1. Para os custos decorrentes do mercado, o interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da apresentação da proposta.
  - 2.2. Inexistindo acordo, convenção ou dissídio coletivo, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.
  - 2.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**2.4.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**3.** As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo dissídio, acordo ou convenção coletiva da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

**3.1.** Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de dissídio, convenção, acordo coletivo de trabalho ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento – em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens 1 e 2 desta cláusula.

**3.2.** Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão amortizados e/ou eliminados após o primeiro ano de vigência do contrato.

**3.2.1.** O Módulo 3 – Provisão para Rescisão – será ajustado em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Nota Técnica nº 652/2017-MP-2, emitida pela Coordenação-Geral de Normas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**3.3.** A alteração do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) não será considerada para efeito de repactuação de preços, seja para redução, seja para majoração da rubrica (SAT/RAT).

**3.4.** Sujeitando-se a Contratada ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições. Para tanto, poderá ser solicitado pela Administração documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro documento considerado igualmente hábil.

**4.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da contratada e no contrato.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**4.1.** Benefícios concedidos pela licitante por mera liberalidade não vinculam a Administração, não sendo considerados para efeito de repactuação/reajuste de preços.

**4.2.** A Administração não se vincula a disposições previstas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que estabeleçam obrigações ou direitos aplicáveis apenas aos contratos firmados com a Administração Pública.

**4.3.** A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021).

**5.** A solicitação de repactuação somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:

I – os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

II – as particularidades do contrato em vigência;

III – o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

IV – a nova planilha com a variação dos custos apresentada; e

V – indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

**6.** O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no item 3 desta cláusula, em consonância com o disposto no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

**7.** O Tribunal poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

**8.** O prazo de 1 (um) mês acima referido ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Tribunal para a comprovação da variação dos custos.

**9.** Na superveniência de prorrogação da vigência ou extinção do contrato, em que não seja requerido o direito à repactuação por parte da Contratada, operará a preclusão desse direito, ressalvadas apenas as situações nas quais as negociações para a celebração do acordo ou da convenção de trabalho ou a solução do dissídio coletivo ultrapassem a data-base e, nesse ínterim, a Administração convoque o contratado para a prorrogação ou sobrevenha extinção do contrato.

**10.** É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos preços dos insumos e dos materiais, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data de apresentação da proposta.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**10.1** Se, no momento da repactuação, a Contratada ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo, ~~a Contratada~~, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de um ano), ser solicitado o reajuste de direito.

**10.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

**11.** Para os reajustes de insumos e materiais será utilizada a variação do IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, contados da data da proposta da Contratada ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, adotando-se a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 11 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

**12.** Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

**13.** A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

**14.** A repactuação será formalizada por meio de termo aditivo e o reajuste por meio apostilamento ao contrato e, quando ocorrerem simultaneamente, constarão do mesmo aditivo contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**1.** A matriz de alocação de riscos objetiva, preventivamente, definir os riscos e responsabilidades entre as partes, bem como caracterizar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de **eventos supervenientes à data da proposta da Contratada**.

**1.1.** A data de apresentação da proposta consubstancia o marco legal-temporal para fins de verificação do caráter superveniente dos fatos/atos apontados como causadores de desequilíbrio econômico-financeiro contratual.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- 1.1.1.** Para contratações precedidas de licitação, registre-se que a "data de apresentação da proposta", para fins de marco legal-temporal, corresponde à "data limite para apresentação da proposta".
- 1.2.** O conteúdo e valor da proposta consubstancia o parâmetro inicial do equilíbrio econômico-financeiro contratual, servindo como base comparativa dos elementos referenciais, legais e obrigacionais existentes à época de sua apresentação, inclusive em relação ao orçamento estimado da Administração para a contratação.
- 2. São hipóteses que justificam o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, os seguintes eventos supervenientes:**
- 2.1.** Força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado (álea extraordinária), respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato (art. 124, II, "d", da NLLC).
- 2.1.1.** O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nesta hipótese, dependerá de comprovação robusta e conclusiva da ocorrência superveniente de álea econômica extraordinária, e será formalizada mediante termo aditivo.
- 2.1.2.** O desequilíbrio econômico-financeiro não pode ser constatado a partir da variação de preços de apenas um ou alguns serviços ou insumos integrante do contrato, fazendo-se necessária a comprovação do impacto no equilíbrio global do contrato (Acórdão 1.466/2013-TCU-Plenário; Acórdão 2408/2009-TCU-Plenário; Acórdão TCU 1604/2015-Plenário).
- 2.1.3.** A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da Contratada ou por superação dos limites de receita bruta anual de que cuida o art. 30 da LC nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo (ON AGU nº 61/2020).
- 2.1.4.** O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual (Acórdão TCU 2795/2013-Plenário; Acórdão TCU 7249/2016-Segunda Câmara; Acórdão TCU 3011/2014 - Plenário).
- 2.1.5.** Nas contratações cujo equilíbrio global esteja diretamente atrelado ao valor do Dólar EUA, considera-se presente a álea extraordinária quando, no período de 1 (um) mês-calendário, o valor da referida moeda



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

estrangeira para venda apurado pelo Banco Central do Brasil sofrer variação, positiva ou negativa, superior a 10% (dez por cento) (art. 1º do Decreto nº 8.451/2015).

- 2.2.** Alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do *caput* do art. 124 da NLLC (art. 124, I, c/c art. 103, §5º, I, ambos da NLLC);

**2.2.1.** O equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, nesta hipótese, será apurado e formalizado concomitantemente com a respectiva instrução processual e formalização da alteração unilateral determinada pela Administração, mediante termo aditivo (art. 130 da NLLC).

- 2.3.** Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 c/c art. 103, §5º, II, ambos da NLLC).

**2.3.1.** Nas contratações de natureza continuada (fornecimentos ou serviços continuados), o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nesta hipótese, poderá ser formalizado mediante apostilamento, concomitantemente com os ajustes financeiros cabíveis quando do reajuste em sentido estrito, ou mediante termo aditivo, quando da repactuação da contratação.

**3. Não será admitido, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação:**

- 3.1.** Modificar a proporcionalidade do "desconto" ofertado pela proposta inicial em comparação com o orçamento estimado da contratação elaborado, à época, por este Tribunal.

- 3.2.** Incluir elementos, encargos, entre outros custos, quando já existentes à época da apresentação da proposta inicial, mas nela não inseridos.

- 4.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da NLLC.

**4.1.** A superveniência da extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, tempestivamente requerido pela Contratada, hipótese em que será concedida a devida indenização.

- 5.** Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro, concluída a instrução processual, serão respondidos/decididos pela Administração, preferencialmente, no mesmo prazo previsto no **item 6 da Cláusula Nona**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista **no item 2 abaixo**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) dar causa à inexecução total do contrato.

2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**2.1.** Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como ação em conluio ou em desconformidade com a lei, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência (Anexo a este Contrato), penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nos itens 1, 2 e 3 acima.
5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do art. 4º do art. 90 da Lei 14.133/2021.
6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.
7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.
8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nos **itens 7 e 8 acima**, será a Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.
10. As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.
11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos arts.166 e 167 da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

1. O contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da Contratante, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO**

1. A divulgação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a sua eficácia e de seus aditamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.
7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 14.133/2021, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão n.º 90007/2025 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX.

---

**Diretor-Geral do TRE-BA**

---

**CONTRATADA**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025**

**ANEXO V**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 04, DE 21 DE MARÇO DE 2023**

Estabelece os procedimentos para a retenção de valores de provisões referentes a encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra nas dependências do TRE-BA.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 143 da Resolução Administrativa n.º 26, de 09 de setembro de 2022 (Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal), e com base na Resolução n.º 169/2013, alterada pelas Resoluções n.º 183/2013, n.º 48/2018 e n.º 301/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ),

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A retenção de valores de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc., fica disciplinada por esta instrução normativa.

Art. 2º Para fins da presente instrução normativa, considera-se:

I – conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação: conta aberta pelo Tribunal em banco público oficial em nome da contratada, utilizada na contratação de serviços contínuos de dedicação exclusiva de mão de obra, para garantir os recursos necessários ao adimplemento das obrigações trabalhistas e encargos previdenciários descritos no art. 6º desta instrução normativa, movimentada somente com autorização do contratante;

II - contratada: pessoa jurídica que firmou contrato com o Tribunal para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;

III - contratante: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (tomador do serviço contratado);



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

IV – declaração de débitos e créditos tributários federais previdenciários e de outras entidades e fundos (DCTFWeb): obrigação tributária acessória por meio da qual a contratada confessa débitos de contribuições previdenciárias e de contribuições destinadas a terceiros. É também o nome dado ao sistema utilizado para editar a declaração, transmiti-la e gerar o documento de arrecadação;

V – encargos: custos relativos às obrigações trabalhistas devidas mensalmente ou quando da demissão de empregado alocado a serviço do TRE-BA;

VI – fator acidentário de prevenção – FAP: é um sistema bonus x malus anual, previsto no art. 202-A do Decreto nº .048, de 6 de maio de 1999, no qual a alíquota RAT poderá ser reduzida em até 50% ou aumentada em até 100%, conforme dispuser o regulamento, em razão do desempenho da contratada em relação à respectiva atividade econômica, apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social. Em setembro de cada ano, é divulgado no sítio da Previdência Social o índice referente ao exercício seguinte;

VII – FapWEB: sítio eletrônico administrado pela Previdência Social (<https://www2.dataprev.gov.br/FapWeb/faces/pages/principal.xhtml>) por meio do qual a contratada terá conhecimento do FAP por meio de sua senha específica, cadastrada e utilizada na Receita Federal do Brasil para outros serviços relativos a contribuições previdenciárias. De posse da senha, a empresa poderá consultar o FAP de seus estabelecimentos e gerar relatório também denominado de FapWEB;

VIII – guia de recolhimento do FGTS e de informações à Previdência Social – GFIP: guia que oferece informações para montar um cadastro eficiente de vínculos e remunerações dos segurados da Previdência Social;

IX – GIILRAT: sigla correspondente à contribuição social destinada ao financiamento da aposentadoria especial e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (antigo seguro de acidente de trabalho – SAT). Representa a contribuição da empresa prevista no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (RAT), ajustada na forma do art. 202-A do Decreto nº .048/1999 (FAP);

X – guia da previdência social – GPS: documento hábil para o recolhimento das contribuições sociais;

XI – guia de recolhimento do FGTS – GRF: guia com código de barras para recolhimento regular do FGTS, gerada logo após a transmissão do arquivo SEFIP, por meio do protocolo de conectividade social;

XII - movimentação direta para a conta bancária do empregado: transferência de valores da conta-depósito vinculada diretamente para a conta dos empregados, após solicitação da contratada;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

XIII – protocolo de conectividade social: canal eletrônico de relacionamento desenvolvido pela Caixa Econômica Federal e disponibilizado gratuitamente às empresas;

XIV – riscos ambientais do trabalho – RAT: representa a contribuição da contratada prevista no inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e consiste em percentual que mede o risco da atividade econômica. Ele é a base na qual é cobrada a contribuição para financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa (GILRAT);

XV – RAT ajustado: expressão criada pela Receita Federal para se referir ao GILRAT;

XVI – regime de dedicação exclusiva de mão de obra: modelo de execução contratual estabelecido em instrumento convocatório ou contrato que exija a alocação de mão de obra para trabalhar continuamente nas dependências deste Tribunal, independentemente da indicação do perfil, requisitos técnicos e quantitativo de profissionais, ficando descaracterizada a dedicação exclusiva no caso de atuação simultânea devidamente comprovada de um mesmo empregado da contratada em diversos órgãos e/ou empresas;

XVII - resgate: devolução de valores retidos na conta-depósito vinculada quando a empresa comprova o pagamento das verbas trabalhistas e sociais dos empregados alocados no contrato;

XVIII – sistema empresa de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social – SEFIP: aplicativo desenvolvido pela Caixa Econômica Federal que permite ao empregador/contribuinte consolidar os dados cadastrais e financeiros da empresa e seus empregados, bem como repassá-los ao FGTS e à Previdência Social;

XIX – sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas (eSocial): instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas que substituirá, na forma e nos prazos regulamentados pelos órgãos integrantes do comitê gestor do eSocial, a entrega das informações em outros formulários e declarações a que estão sujeitas as empresas contratadas pelo Tribunal;

XX - saldo remanescente: montante constituído por valores retidos e não resgatados pela contratada ou não movimentados diretamente para a conta corrente dos empregados durante a execução, ou após a extinção do contrato administrativo, por ausência de comprovação documental necessária para a liberação e/ou de valores provenientes de origens diversas, tais como remuneração da conta vinculada, retenção excedente em razão da metodologia de cálculo do provisionamento ou pela não ocorrência de fato gerador;

XXI - termo de cooperação técnica: instrumento que formaliza junto ao banco público oficial os prazos e responsabilidades dos cooperados para abertura e operacionalização da conta-depósito vinculada junto à instituição bancária;

XXII – termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT: demonstrativo dos haveres trabalhistas devidos ao empregado decorrentes da rescisão do contrato de trabalho.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**CAPÍTULO II**  
**DA ABERTURA DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

Art. 3º O Tribunal firmará termo de cooperação técnica com banco público oficial para a abertura de conta-depósito vinculada, cuja gestão compete à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF.

Art. 4º Após a assinatura do contrato e publicação de seu extrato na imprensa oficial serão adotados os seguintes procedimentos:

**I – Seção de Contratos – SECONT:**

a) notificação da contratada, por ocasião do envio da via do ajuste assinado, para que compareça à agência do banco conveniado por ela indicada, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da notificação, munida da documentação necessária à abertura da conta-depósito vinculada e do termo específico que autoriza o acesso deste Tribunal aos saldos e extratos, bem como a movimentação dos valores da respectiva conta, e comunique à unidade gestora do contrato a data de efetiva abertura da conta;

b) registro, no processo, da data de recebimento da notificação prevista na alínea anterior, de modo a possibilitar à unidade gestora e à fiscalização do ajuste o acompanhamento o cumprimento da obrigação;

c) encaminhamento dos autos à unidade gestora da contratação para ciência e acompanhamento e, simultaneamente, à SECONTA para apropriação do contrato e à SOF para oficial o banco conveniado, objetivando a abertura da conta-depósito em nome da contratada, observados os requisitos e condições previstas no termo de cooperação.

**II – Gestor e fiscais do contrato:** acompanhamento, junto à Contratada, do cumprimento das providências relacionadas no inciso I, "a" deste artigo, com posterior informação à SECONTA a data de efetiva abertura da conta, para que acompanhe sua ativação pelo banco;

**III – Contratada:** no prazo de até 20 (vinte) dias da ciência da notificação, comparecimento à agência do banco conveniado munida dos documentos necessários, a fim de assinar a documentação relativa à abertura da conta e o termo específico que autoriza o Tribunal a acessar saldos e extratos, bem como a movimentar valores da respectiva conta.

**IV – Instituição bancária:** proceder à abertura e ativação da conta-depósito vinculada e oficial o Tribunal na forma e no prazo estabelecidos no termo de cooperação técnica.

Art. 5º Concluídas as providências para a abertura da conta-depósito, a SECONTA informará à unidade gestora, a qual prosseguirá no acompanhamento da execução contratual.

§1º Se no prazo estabelecido a contratada não comparecer ao banco para cumprimento do disposto no inciso III do art. 4º, a fiscalização do contrato adotará as providências previstas no instrumento contratual.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

§2º Enquanto pendente a abertura da conta-depósito vinculada, os valores referentes às rubricas discriminadas no art. 6º serão retidos do pagamento mensal, de modo a possibilitar que o depósito seja realizado após a ativação da conta.

**CAPÍTULO III**  
**DO CONTINGENCIAMENTO DE VALORES**

**Seção I**

**Dos encargos e dos percentuais de contingenciamento**

Art. 6º O montante a ser destacado do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado exclusivamente em banco público oficial será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas:

I – férias e 13º salário;

II - 1/3 constitucional;

III - multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

IV - incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS / SESI / SESC / SENAI / SENAC / INCRA / SALÁRIO EDUCAÇÃO / FGTS/RAT+FAP / SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

Parágrafo único. O percentual incidente deverá constar dos editais de licitação e dos contratos de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Art. 7º Os depósitos dos valores contingenciados serão efetuados sem prejuízo da retenção na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

Art. 8º No momento da contratação ou do aditamento contratual, a Seção de Contratos juntará aos autos da contratação planilha de custos da contratada em formato editável para controle e consultas posteriores, e anexará ao contrato versão final da planilha.

**Seção II**

**Dos procedimentos para contingenciamento de valores**

Art. 9º Com a finalidade de viabilizar os procedimentos de contingenciamento de valores competirá:

I - À contratada: apresentar o pedido de pagamento mensal acompanhado dos documentos exigidos no contrato de prestação de serviços;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

II – À fiscalização do contrato: encaminhar à SOF, mensalmente, as notas fiscais para pagamento, com expressa indicação do valor a ser retido e creditado na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, acompanhadas de memória de cálculo por empregado.

III – À SOF: receber o pedido de pagamento e processar as informações em conformidade com as disposições desta instrução normativa, do instrumento convocatório, do contrato e da legislação pertinente, promover o pagamento e depositar o valor a ser contingenciado na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.

Parágrafo único. No caso de existirem postos contratados e não efetivamente ocupados, o fiscal deverá realizar o cálculo do valor a ser retido em conta-depósito vinculada com base na planilha de controle e no quantitativo de postos efetivamente ocupados, informando o valor total da retenção quando for encaminhada a fatura mensal para pagamento.

**CAPÍTULO IV**

**DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**

**Seção I**

**Das modalidades de transações financeiras**

Art. 10. A contratada poderá solicitar autorização, devidamente instruída nos termos do contrato e do presente normativo, para:

I) resgate da conta-depósito vinculada dos valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas rubricas indicadas no art. 6º desta instrução normativa, no limite dos depósitos efetuados em cada rubrica, desde que comprovado que o pagamento se refere aos empregados alocados na execução do contrato administrativo;

II) movimentação de recursos da conta-depósito vinculada diretamente para a conta bancária dos empregados alocados na execução do contrato administrativo, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas rubricas indicadas no art. 6º desta instrução normativa; e,

III) liberação do saldo remanescente existente na conta-depósito vinculada, após o encerramento do contrato administrativo, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 20.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**Seção II**

**Da liberação de recursos durante a vigência do contrato**

Art. 11. Durante a vigência do contrato o Tribunal poderá autorizar a movimentação dos valores relativos às verbas destacadas no contingenciamento, nos termos dos incisos I e II do art. 10.

Art. 12. Cabe ao fiscal administrativo do contrato analisar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento, a documentação apresentada pela contratada para autorização de resgate dos valores retidos em conta depósito vinculada ou a movimentação direta para a conta bancária do empregado, devendo verificar, a cada solicitação:

I – a conformidade do valor do salário, do direito trabalhista e dos benefícios com o previsto no contrato administrativo e no instrumento coletivo de trabalho;

II – a observação pela empresa contratada dos prazos legais para quitação das rubricas previstas no art. 6º desta instrução normativa.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do disposto neste artigo, o fiscal deverá implementar mecanismos de controle que possibilitem obter as seguintes informações:

- a) identificação dos empregados alocados no contrato, se são titulares ou substitutos e se prestam serviços com exclusividade nas dependências do Tribunal;
- b) data de disponibilização dos empregados no Tribunal;
- c) remuneração periódica;
- d) data da convenção coletiva;
- e) período aquisitivo e gozado de férias;
- f) registro de resgate ou movimentação direta da conta-depósito vinculada;
- g) demais informações que possibilitem realizar a gestão da conta-depósito vinculada de forma efetiva.

Art. 13. O Tribunal autorizará o resgate dos valores relativos às verbas destacadas no contingenciamento, desde que a contratada, após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, apresente os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no art. 6º desta instrução normativa.

I - Para fins de comprovação da quitação deverão ser apresentados, juntamente com planilha contendo memória de cálculo detalhada por empregado e rubrica a ser resgatada, os seguintes documentos:

- a) aviso prévio de férias ou recibo de férias assinado pelo empregado;
- b) comprovante de pagamento do 13º salário assinado pelo empregado;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- c) termo de rescisão de contrato de trabalho assinado pelo empregado e pela empresa, termo de homologação de contrato de trabalho e termo de quitação de rescisão de contrato de trabalho;
- d) comprovante de transferência bancária para conta-salário de titularidade do empregado;
- e) Guia da Previdência Social (GPS), com o comprovante de pagamento do mês de competência da quitação da verba trabalhista;
- f) Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), com comprovante de pagamento do mês de competência da quitação da verba trabalhista;
- g) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF), com comprovante de pagamento da quitação da verba trabalhista.

Art. 14. O Tribunal autorizará a movimentação direta para a conta bancária dos empregados alocados nas suas dependências, exclusivamente para o pagamento das verbas trabalhistas contempladas no contingenciamento, desde que apresentada pela contratada, concomitante à solicitação, folha de pagamento elaborada por ocasião da ocorrência de cada uma das rubricas indicadas no art. 6º desta instrução normativa, a qual deverá conter as seguintes informações:

- a) nome do funcionário;
- b) número da matrícula, ou da identidade ou do CPF do funcionário;
- c) a quantidade de meses do ano em que o funcionário laborou nas dependências do Tribunal por força contratual;
- d) dados bancários para depósito do valor líquido indicado na folha de pagamento: banco, número da agência e número da conta corrente;
- e) indicação do valor do salário bruto;
- f) indicação do valor proporcional do salário bruto, resultante da divisão do valor do salário bruto por 12 e o resultado multiplicado pela quantidade de meses no ano em que o funcionário laborou nas dependências do Tribunal por força contratual;
- g) indicação dos valores a serem deduzidos do salário bruto proporcional: descontos legais (previdência social, Imposto de Renda etc.) e outros descontos autorizados pelo funcionário; e
- h) valor líquido a ser pago.

§ 1º O pedido para movimentação dos recursos deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias úteis do vencimento da obrigação, a fim de que sejam resguardados todos os trâmites no Tribunal e o cumprimento dos prazos previstos na legislação trabalhista, cuja inobservância é de responsabilidade exclusiva da contratada, na condição de empregadora.

§ 2º A fiscalização do contrato confirmará a ocorrência do evento, fará a conferência quanto à pertinência da documentação, inclusive da planilha, e enviará os documentos à SECONGE,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

para conferência quanto à conformidade dos cálculos e valores a serem resgatados de acordo com os depósitos realizados.

§3º A movimentação mencionada no *caput* será realizada no montante de valores individualizados das verbas pelo período em que o empregado esteve à disposição no Tribunal, desde que os recursos contingenciados sejam suficientes para o adimplemento das obrigações trabalhistas.

§ 4º Quando da movimentação direta das rubricas trabalhistas para as contas dos empregados, a contratada poderá requerer o resgate dos valores retidos em conta-depósito vinculada a título de incidência dos encargos previdenciários e FGTS, desde que devidamente comprovado o seu pagamento.

§ 5º Considerando o disposto no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, não será permitida a movimentação direta da multa do FGTS para a conta dos empregados.

§ 6º Compete exclusivamente à empresa contratada a veracidade e a correção dos dados bancários dos empregados a serem favorecidos na transação bancária autorizada, sendo aceita somente a indicação de conta bancária, sem bloqueios ou limitações, em nome do respectivo titular.

Art. 15. Verificada pela fiscalização do contrato a pertinência da documentação apresentada com o exigido no contrato e na presente instrução normativa, esta será encaminhada à Seção de Contabilidade Gerencial (SECONGE) para conferência quanto à conformidade dos cálculos e valores a serem resgatados de acordo com os depósitos realizados.

Art. 16. Conferidos os cálculos e estando regular a documentação apresentada pela contratada, a SECONGE a enviará à SOF, a quem caberá expedir ofício à instituição bancária oficial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da apresentação de todos os documentos comprobatórios pela empresa contratada, autorizando a movimentação ou o resgate de valores da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme o caso, descontado o prazo constante do art. 12.

Art. 17. Conferidos os cálculos e estando regular a documentação apresentada pela contratada, a SECONGE enviará os autos à COFIC que, após apreciação, os encaminhará à SECONTA para elaboração da minuta de ofício.

Parágrafo único. Assinado o ofício pelo gestor financeiro, a SECONTA o enviará à instituição bancária oficial, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data da apresentação de todos os documentos comprobatórios pela empresa contratada, autorizando a movimentação ou o resgate dos valores da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, conforme o caso.

Art. 18. Caso a documentação comprobatória dos eventos geradores do direito ao pedido de resgate ou de movimentação esteja incompleta, incorreta e/ou exija diligências administrativas para fins de atender a presente instrução normativa, o processo será devolvido à fiscalização que notificará a contratada para regularização da pendência, sendo interrompido o prazo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

previsto para efetivação do pedido, cuja contagem reiniciará quando da apresentação de toda a documentação regularizada.

Art. 19. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa e o empregado alocado na execução do contrato com mais de um ano de serviço, o fiscal administrativo deverá instar a contratada a requerer a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

Parágrafo único. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a contratada, decidindo-se pela movimentação direta para a conta corrente do empregado, deverá apresentar a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários, no prazo de 10 dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado.

Art. 20. Não será autorizada a movimentação de valores da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação para pagamento de débitos decorrentes do pagamento das verbas trabalhistas fora do prazo estabelecido na lei, tais como férias em dobro e a multa prevista no §8º do art. 477 da CLT.

**Seção III**

**Da liberação de recursos após o término do contrato**

Art. 21. Encerrada a vigência do contrato com dispensa dos empregados, o Tribunal autorizará o resgate dos valores existentes na conta-depósito vinculada, para quitação das verbas rescisórias, desde que apresentada pela contratada a seguinte documentação:

- a) planilha contendo o nome do prestador terceirizado, a data de admissão na empresa e a data de disponibilização ao Tribunal na condição de “titular”;
- b) termo de rescisão de contrato de trabalho – TRCT;
- c) termo de homologação do contrato de trabalho – THRCT, para contratos de trabalho superiores a um ano;
- d) termo de quitação de rescisão de contrato de trabalho – TQRCT, para contratos de trabalho inferiores a um ano;
- e) comprovação de depósito em conta bancária do empregado relativo ao valor líquido do termo de rescisão;
- f) demonstrativo do trabalhador de recolhimento do FGTS rescisório (multa do FGTS);
- g) guia de recolhimento rescisório do FGTS devidamente quitada;
- h) folha de pagamento ou folha fiscal referente ao mês de competência da rescisão;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

i) relatório RE – relação de trabalhadores:

i.1) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip;

i.2) relação dos trabalhadores constantes no arquivo Sefip – resumo do fechamento – empresa – FGTS;

j) relatório GRF:

j.1) guia de recolhimento do FGTS – GRF;

j.2) comprovante de pagamento da GRF;

k) relatório comprovante de declaração à Previdência:

k.1) comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS;

l) relatório GPS:

l.1) guia da Previdência Social – GPS

l.2) comprovante de pagamento da GPS;

m) protocolo de envio de arquivos conectividade social;

n) no caso de entidades obrigadas ao eSocial, os documentos relacionados nas alíneas “k” e “i” serão substituídos por relatórios eSocial e DCTFweb:

n.1) declaração completa gerada pelo DCTFweb, na categoria geral, em situação ativa (original ou retificadora);

n.2) recibo de entrega da DCTFWeb;

n.3) DARF gerado pela DCTFweb com detalhamento dos pagamentos previdenciários;

n.4) comprovante de pagamento do DARF gerado pelo DCTFweb;

n.5) caso necessário para esclarecimento dos valores individuais, cópia dos eventos S-5001 – Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador, S-5002 – Imposto de renda retido na fonte, S-5003 – Informações do FGTS por trabalhador, S-5011 – Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte, S-5012 – Informações do IRRF consolidadas por contribuinte, S-5013 – Informações do FGTS consolidadas por contribuinte;

Parágrafo único. Caso a empresa, após o término do contrato, não realize as comprovações necessárias para a liberação dos valores bloqueados, deverá ser retido o montante depositado na conta vinculada pelo prazo de:

I – dois anos, caso o empregado não tenha ajuizado ação trabalhista;

II – cinco anos, caso o empregado tenha ajuizado ação trabalhista.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 22. Nas situações previstas no art. 10, os valores serão calculados na proporção do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

Art. 23. O valor referente à multa do FGTS somente será liberado em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, após a devida comprovação.

Art. 24. Despesas para a abertura e manutenção da conta-depósito vinculada, bem como tarifas de transferências bancárias, deverão ser suportadas com subsídio na taxa de administração (despesas indiretas) constante na proposta comercial da empresa.

§ 1º Será retido do pagamento mensal devido à contratada o valor das despesas de que trata o *caput* deste artigo, caso a instituição bancária promova o desconto direto na conta-depósito vinculada.

§ 2º Os valores das tarifas debitadas da conta-depósito vinculada serão retidos da fatura da contratada no mês subsequente à ocorrência do fato gerador, mediante informação a ser repassada pela Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade ao gestor e aos fiscais.

§ 3º Na hipótese de término do contrato, após a comprovação da quitação das verbas devidas, as tarifas mencionadas no *caput* serão subvencionadas pelo saldo residual constante na conta-depósito vinculada.

§ 4º Se realizados os pagamentos devidos e descontadas eventuais tarifas bancárias previstas no § 2º do art. 4º, ainda assim houver saldo residual na conta-depósito vinculada, o montante será liberado à contratada após o encerramento do contrato.

Art. 25. Os saldos da conta-depósito serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

Art. 26. Os procedimentos previstos nesta instrução normativa terão aplicação imediata, no que couber, aos contratos vigentes.

Art. 27. Para as contratações com prazo de vigência inferior a 12 (doze) meses poderá ser dispensada a utilização dos procedimentos de que trata esta Instrução Normativa, desde que devidamente motivado e registrado nos autos.

Art. 28. Os casos não previstos nesta instrução normativa serão resolvidos observando-se a Resolução CNJ nº169/2013 e suas alterações, podendo ser eventualmente consultado o Conselho Nacional de Justiça sobre o tema.

Art. 29. As dúvidas eventualmente suscitadas na aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidas pelo Diretor-Geral do Tribunal.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

Art. 30. A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria nº 4, de 11 de janeiro de 2016, da Diretoria-Geral.

Salvador-BA, 21 de março de 2023.

**RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA**

Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025**

**ANEXO VI**

**ACORDO JUDICIAL**

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei nº 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei nº 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

**RESOLVEM**

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

**DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

**DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

**DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Seção de Licitações**

único, e 876, caput, da CLT.  
Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**  
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**  
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**  
Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO**  
Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

---

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**  
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados  
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

---

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**  
Presidente da Associação dos Juízes Federais  
do Brasil - AJUFE

---

**REGINA BUTRUS**  
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  
do Trabalho - ANPT

<http://www.pgt.mpt.gov.br/noticias/2003/06/n213>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90007/2025

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL

Processo SEI n.º: 0002024-39.2025.6.05.8000

**Objeto:** serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

A empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita sob o CNPJ de n.º **XXXXXXXXXXXX**, por meio de seu Representante Legal, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, DECLARA que sua atividade preponderante é **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (*informar **apenas** a atividade preponderante da empresa. Não deve ser preenchido com a lista de atividades da empresa.*)

Dessa forma, nos termos da legislação aplicável acerca do enquadramento sindical esta empresa está vinculada ao Sindicato **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** (*indicar o sindicato patronal*).

Declara, ainda, que o instrumento coletivo está registrado sob o n.º **XXXXXXX** (*informar o número de registro do instrumento coletivo*) junto ao **XXXXXXXXXX**.

Por fim, esta empresa declara-se integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei n.º 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

**XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.**

---

Nome (Responsável ou Representante Legal)

CPF n.º: **XXX.XXX.XXX-XX**

RG n.º: **X.XXX.XXX.X**

(assinatura e carimbo)